

*Banco do
Nordeste*



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Banco e FNE

Posição: 30.06.2005

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Sede: Av. Paranjana, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – Carta Patente nº 3465 – CNPJ nº 07.237.373/0001-20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º SEMESTRE DE 2005

O primeiro semestre de 2005 encerra-se com um novo incremento da capacidade operacional do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Considerando as operações de curto e longo prazo, o BNB contratou, de janeiro a junho, 17,1% a mais do que no mesmo período do ano passado, com destaque para o incremento das operações de curto prazo.

Os resultados auferidos vão ao encontro do programa estratégico da Empresa. O BNB vem conseguindo seu objetivo de aumentar a capacidade de fomentar o desenvolvimento da Região por meio do crescimento contínuo de sua atividade de intermediação financeira. Nesse sentido, pela terceira vez consecutiva observou-se, no primeiro semestre de um exercício, avanço nos resultados das operações globais de crédito do Banco, em comparação com o mesmo período do exercício imediatamente anterior.

Da mesma forma, o comprometimento de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) por meio de operações de financiamento registrou um novo recorde, com o montante de R\$ 1,58 bilhão até o mês de junho. Se consideradas as propostas de financiamento já deferidas e em processo de contratação, esse número sobe para quase R\$ 2 bilhões. Esse resultado motivou a revisão da meta estipulada no início do ano em R\$ 3 bilhões para o exercício. Agora, o BNB impõe-se a meta de contratar R\$ 4 bilhões em financiamentos com recursos do FNE até o final de 2005.

O trabalho desenvolvido pelo Banco no período e o incremento registrado nas operações globais como um todo – incluindo o crescimento das operações de microcrédito e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – podem ser vistos a seguir.

DESEMPENHO OPERACIONAL

O volume de operações de curto e longo prazo contratadas pelo Banco do Nordeste do Brasil durante o primeiro semestre de 2005 cresceu 17,1% em relação ao mesmo período do ano passado. Foram R\$ 2.459,9 milhões no total – R\$ 1.677,6 milhões em financiamentos e R\$ 782,3 milhões por meio de operações de curto prazo.

CONTRATAÇÕES GLOBAIS

	2004 (1º Sem)	2005 (1º Sem)	R\$ mil Variação
Operações de Longo Prazo ⁽¹⁾	1.705.740	1.677.566	-1,7%
Operações de Curto Prazo ⁽²⁾	395.227	782.318	97,9%
Total	2.100.967	2.459.884	17,1%

(1) Financiamentos rurais; industriais; agroindustriais; infra-estrutura; e comércio e serviços com FNE;

(2) Empréstimos de microcrédito (CrediAmigo); desconto; câmbio; e Conta Garantida.

O setor rural permaneceu como o principal beneficiário dos recursos de curto e longo prazo administrados pelo BNB, com 36% de participação e um crescimento no volume de operações contratadas de 49%. Em seguida, ficou o setor de comércio, com 23% de participação, seguido do industrial com 19%.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONTRATADOS POR SETOR ECONÔMICO

Setor	2004 (1º Sem)	2005 (1º Sem)	Variação
Rural	589.337	878.332	49,0%
Industrial	478.331	478.501	0,0%
Infra-estrutura	377.009	307.307	-18,5%
Comércio ⁽¹⁾	309.079	569.826	84,4%
Serviços	347.211	225.918	-34,9%
Total	2.100.967	2.459.884	17,1%

R\$ mil

(1) Inclui os empréstimos de microcrédito (CrediAmigo).

A maior parte dos recursos para as operações de longo prazo proveio do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), em conformidade com a orientação estratégica estabelecida pela Diretoria do BNB de aplicar integralmente os recursos disponíveis no Fundo, administrado pela Empresa. Foram R\$ 1.579 milhões, valor 11,2% superior ao desempenho do primeiro semestre do exercício anterior.

CONTRATAÇÕES DE LONGO PRAZO POR FONTE

Fonte	2005 (1º Sem)
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)	1.579.047
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	13.278
Outras fontes ⁽¹⁾	85.241
Total	1.677.566

R\$ mil

(1) Inclui Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Recursos Internos, Poupança, Fundo de Terras.

EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO CONTRATADOS

Produto	2004 (1º Sem)	2005 (1º Sem)	Variação
Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e Capital de Giro	32.577	102.642	215,1%
Desconto	10.692	60.407	465,0%
Contas Garantidas	58.030	127.383	119,5%
Câmbio ⁽¹⁾	92.687	239.967	158,9%
CrediAmigo	201.241	251.919	25,2%
Total	395.227	782.318	97,9%

R\$ mil

(1) Valores convertidos para Reais pela cotação da moeda estrangeira nas datas das contratações.

Microcrédito

As operações de microcrédito realizadas pelo Banco do Nordeste no primeiro semestre do ano, por meio do programa CrediAmigo, registraram crescimento de 25,2% em relação ao mesmo período do exercício anterior, totalizando R\$ 251,9 milhões em empréstimos liberados de janeiro a junho de 2005. Foram realizadas 275,9 mil operações, 16,4% a mais do que no primeiro semestre de 2004. Ao final de junho, o CrediAmigo mantinha 175,4 mil clientes ativos e uma carteira ativa de R\$ 113,0 milhões – superando em 1,74% o planejado para o período –, além de ter atingido um total de R\$ 1,8 bilhão em empréstimos acumulados desde sua criação, em 1998, confirmando-se como maior programa de microcrédito produtivo orientado do país.

Agricultura Familiar

No semestre, as contratações por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no valor de R\$ 388,5 milhões, cresceram 21,4% em relação

ao mesmo período de 2004. A maior parte dos recursos, no valor de R\$ 157,3 milhões ou 40,5% do total, foi contratada por meio do Pronaf Grupo B – formado por agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 2.000,00. Para o Plano Safra 2004/2005, período de julho de 2004 a junho de 2005, as aplicações totalizaram R\$ 766,5 milhões, desempenho 38,1% superior ao registrado para o Plano Safra 2003/2004.

Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE)

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, atualmente em sua segunda fase (PRODETUR/NE II), prevê o financiamento, no âmbito estadual e municipal, de ações voltadas para o fortalecimento da capacidade de gestão da atividade turística por parte do poder público e da sociedade. Com investimento total de US\$ 400 milhões, a segunda fase do Programa conta com US\$ 240 milhões financiados pelo Banco do Nordeste com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com US\$ 160 milhões de contrapartida dos Estados e União.

Carteira Comercial

O Banco do Nordeste busca a expansão de sua carteira comercial entendendo o crédito de curto prazo como componente fundamental de sua atividade de fomento ao desenvolvimento da Região, em complemento ao crédito de longo prazo. Com um volume de contratações da ordem de R\$ 359 milhões durante o semestre, o BNB superou a meta de crédito comercial estabelecida para o período em 30%. O saldo médio acumulado ao final de junho de 2005, de R\$ 173 milhões, também superou o esperado em 38%.

Os clientes do BNB foram segmentados mediante critérios de faturamento ou renda e porte. Nesse sentido, foram formadas 10 carteiras de clientes de grande porte, 35 de médio porte, 176 carteiras múltiplas, 28 de atendimento (voltadas para pessoas físicas) e 176 de recuperação de crédito. Por meio dessa classificação, o BNB obtém visão integrada de seus clientes, possibilitando a venda personalizada de produtos, maior índice de retorno dos créditos concedidos, melhor rentabilidade e melhores resultados operacionais.

Comércio Exterior e Câmbio

O saldo da carteira de câmbio do Banco do Nordeste cresceu 166% no primeiro semestre, em comparação com o registro final do mesmo período do ano passado. Em 30 de junho de 2005, o saldo contábil de câmbio do BNB era de R\$ 169,2 milhões. Somada a movimentação de todos os negócios de câmbio realizados no primeiro semestre de 2005, compreendendo operações de crédito, serviços de câmbio pronto, interbancário e arbitragens, o volume ultrapassa a cifra de R\$ 1,1 bilhão, ante R\$ 384 milhões no mesmo período do exercício anterior.

Recuperação de Crédito

Com o objetivo de dinamizar a recuperação de créditos inadimplidos, o BNB elevou o número de Gerências de Recuperação de Crédito de cinco para 10 unidades, transformando-as em Unidades de Recuperação de Crédito Estaduais. Com a alteração, o Banco passa a contar com estruturas estaduais responsáveis pela renegociação de operações de maior complexidade, com absorção de atividades operacionais das agências e autonomia contábil. No semestre, 76 mil operações de crédito foram renegociadas e regularizadas, envolvendo o montante de R\$ 288,7 milhões, com o recebimento, em espécie, de cerca de 30% desse total.

Operações Estruturadas

O BNB imprime fluxo e gerenciamento diferenciado para o processo operacional de análise de demandas por financiamentos envolvendo representativo volume de recursos a serem aplicados em projetos que possuem inquestionável valor para a promoção do desenvolvimento da Região. Durante o semestre, 22 operações tiveram seu gerenciamento diferenciado, representando demandas por financiamento envolvendo recursos da ordem de R\$ 1.520,8 milhões, com a efetivação de contratação de R\$ 426,8 milhões.

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Ativos Totais

Ao término do primeiro semestre de 2005, os ativos globais do Banco do Nordeste apresentaram um decréscimo de 1,9% em relação ao final de 2004. No mesmo período, os ativos do FNE decresceram 17,8%. A retração no total de ativos do Fundo foi decorrente da constituição, no último semestre, de provisões para risco de crédito, em obediência à Portaria Interministerial MF/MI No. 1-C, de 15.01.2005, que determinou o registro de provisões referentes às parcelas de principal e encargos vencidos há mais de 180 dias relativos às operações do âmbito do FNE.

ATIVOS GLOBAIS

R\$ milhões

Discriminação	BNB		FNE	
	31.12.2004	30.06.2005	31.12.2004	30.06.2005
Disponibilidades, Aplicações Interfinanceiras e TVM ^(*)	8.666	8.452	3.967	4.130
Operações de Crédito	3.532	3.487	14.449	10.969
. Operações de Crédito	3.900	3.862	14.449	16.117
. Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(368)	(375)	0	(5.148)
Relações Interfinanceiras, Outros Créditos e Outros Valores e Bens Permanente	816	823	106	134
	153	158	0	0,0
Total	13.167	12.920	18.523	15.233

(*) Nas disponibilidades do BNB está incluído o disponível do FNE

Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários, na posição 30.06.2005, correspondia a R\$ 8.024 milhões (R\$ 8.040 milhões em 30.06.2004), apresentando a seguinte composição:

CLASSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DE TÍTULOS

R\$ milhões

	Valor Classificado	
	30.06.2004	30.06.2005
Títulos para Negociação	679	78
Títulos Disponíveis para Venda	3.462	3.956
Títulos Mantidos até o Vencimento	3.899	3.990
Carteira Total	8.040	8.024

Considerando a estratégia do BNB em cumprir efetivamente o seu papel de administrador do FNE, e atendendo à Circular nº 3068, de 08.11.2002, editada pelo Banco Central, o

Banco do Nordeste elaborou fluxo de caixa projetado para fins de classificação da carteira de Títulos e Valores Mobiliários, o qual aponta disponibilidade de recursos suficientes para o cumprimento de todas as obrigações e políticas de concessão de créditos sem a necessidade de alienação dos títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos Até o Vencimento”. Dessa forma, a Administração declara que o BNB tem a capacidade financeira e a intenção de manter os títulos classificados nessa categoria até o vencimento.

Operações de Crédito Globais

As operações de crédito globais acrescidas de outras rubricas com características de crédito, tais como os adiantamentos sobre contratos de câmbio e créditos concedidos a devedores por compra de valores e bens, totalizavam, em 30.06.2005, sem a dedução de provisões, R\$ 20.087 milhões, o que representa uma evolução, no semestre, da ordem de 8,8%. Em 31.12.2004, as operações da espécie representavam 67,9% dos ativos totais administrados pelo BNB. Em 30.06.2005, especialmente em função da expansão de 11,5% das operações de crédito no âmbito do FNE e da exigência de constituição de provisões para perdas de crédito nessa carteira, os créditos globais passaram a representar 85,2% dos ativos consolidados.

SALDOS DE APLICAÇÕES POR FONTE

Fonte	31.12.2004	30.06.2005
		R\$ milhões
FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste)	14.449	16.117
Recursos Internos	1.245	1.420
BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)	874	731
BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)	726	656
FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)	555	504
Fundo de Terras/Reforma Agrária	187	209
Captações Externas (Câmbio)	134	139
Crediamigo ^(*)	112	118
STN (Secretaria do Tesouro Nacional)	81	80
INCRA - Conta Fundiária	56	57
Poupança BNB	9	39
FRT (Fundo Rotativo de Terras)	8	8
Fungetur	4	3
BNDES-Finsocial, CEF, FINEP, Sudene, Sebrae e Outras	15	7
Total	18.454	20.087

^(*) Programa que utiliza recursos do BIRD, BNDES e FAT

Nos exercícios de 2002 e 2003, com base no art. 9º da Lei Nº 10.464, de 02.07.2003, o BNB converteu operações de sua carteira de crédito rural para o FNE. No primeiro semestre de 2005, o Banco retornou, para o seu ativo operacional, o montante de R\$ 274.181 mil, posição de 30/06/2005. Esse procedimento teve conseqüências no Patrimônio Líquido e no resultado do primeiro semestre de 2005.

Recursos Totais

De 31.12.2004 a 30.06.2005, as obrigações do Banco para com terceiros registraram um decréscimo de 1,1%, conforme o quadro seguinte.

RECURSOS TOTAIS

	R\$ milhões	
	31.12.2004	30.06.2005
Depósitos à vista	240	117
. Finor	117	0
. Outros	122	117
Depósitos de poupança	396	395
Depósitos a prazo	2.015	2.175
. FAT	1.523	1.380
. Finor - Disponib.e Reinvestimentos Lei No. 8.167	0	170
. Outros	492	624
Depósitos Interfinanceiros e Outros	61	69
Recursos FNE (Disponibilidades)	3.967	4.130
Obrigações por Repasses - Moeda Nacional	1.542	1.447
. BNDES e FINAME	1.193	1.103
. Outras Instituições	349	343
Obrigações por Repasses - Moeda Estrangeira	1.032	873
Obrigações por Empréstimos	226	233
Captações no Mercado Aberto	203	102
Recursos de Eurobônus	32	0
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	674	787
Passivos Contingentes	1.271	746
. FNE	554	436
. Deliberação CVM 371	500	90
. Causas Cíveis, Fiscais e Outras	125	78
. Causas Trabalhistas	92	142
Provisões Sociais e Estatutárias	44	0
Outras Obrigações	123	626
Total das obrigações para com terceiros	11.826	11.699
Resultados de Exercícios Futuros	1	1
Patrimônio Líquido	1.340	1.219
Total Passivo + Patrimônio Líquido BNB	13.167	12.920
Recursos FNE (exceto Disponibilidades)	14.555	11.103
Total	27.723	24.023

Patrimônio Líquido

O Banco do Nordeste apresentou, em 30.06.2005, um Patrimônio Líquido de R\$ 1.219 milhões (R\$ 1.340 milhões, em 31.12.2004). O Capital Social, ao final do primeiro semestre de 2005, era de R\$ 1.277 milhões (R\$ 1.228 milhões em 31.12.2004), representado por 870.019.022.574 ações escriturais, sem valor nominal.

Resultados

O lucro líquido do primeiro semestre de 2005 importou em R\$ 7,0 milhões, valor 92,1% inferior ao apresentado em igual período do ano passado (R\$ 88,2 milhões). Embora a Instituição tenha apresentado resultado positivo, não foram registradas provisões para participações nos lucros e resultados. Também não foram constituídas reservas de lucros e nem programada a antecipação de dividendos aos acionistas, em função de haver saldo negativo na conta Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Índice de Adequação Patrimonial

Em 30.06.2005, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia) do Banco do Nordeste alcançou 17,4% (19,8%, em 31.12.2004), enquanto o Patrimônio de Referência (PR) importou em R\$ 1.219 milhões (R\$ 1.340 milhões, em 31.12.2004). A Resolução Nº 2.099/94, do Conselho Monetário Nacional, e normas complementares editadas pelo Banco Central do Brasil determinam, para 30.06.2005, um limite mínimo de 11% para o índice de adequação de capital e, no caso do BNB, um PR mínimo de R\$ 769 milhões.

Administração de Recursos de Terceiros

No primeiro semestre de 2005, o patrimônio líquido dos fundos de investimento administrados pelo BNB e abertos ao público cresceu 17% em relação ao verificado no final de 2004, atingindo R\$ 203,6 milhões. Em relação ao primeiro semestre do ano passado, o crescimento nominal foi de 30%. No período, foi lançado o “Banco do Nordeste Fundo de Investimento Referenciado DI Longo Prazo” possibilitando o acesso dos pequenos investidores com capacidade de alongar o prazo de suas aplicações a menores alíquotas de imposto de renda.

FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO

A atuação creditícia do BNB é orientada por políticas elaboradas com o intuito de otimizar o trabalho de fomento ao desenvolvimento desempenhado pela Empresa. O Banco possui estrutura administrativa específica com essa atribuição, trabalhando na obtenção e tratamento de informações internas e externas sobre as atividades econômicas, elaboração e análise das informações de setores como indústria de transformação, agricultura, pecuária, turismo e serviços.

Durante o semestre, o BNB efetuou a revisão de seus programas de financiamento voltados para as atividades de carcinicultura, pesca, bovinocultura, estruticultura, meio ambiente, entre outros, tendo em vista a melhor adequação de suas linhas de crédito às necessidades econômicas da Região. A ampliação do público-alvo da linha de crédito para capital de giro-insumos, a proposta de financiamento de veículos usados em apoio ao turismo regional e o estabelecimento da política operacional de financiamento para a cultura do sisal no Rio Grande do Norte são exemplos dos resultados dessa revisão.

Atração de Investimentos

O Banco do Nordeste busca atrair o maior volume possível de investimentos privados para a Região, bem como incrementar o comércio internacional de sua área de atuação, por meio de sua Diretoria de Promoção de Investimentos. Utilizando a marca *Investe NE Brasil*, o BNB integra as ações conduzidas nos Estados da Região, objetivando compatibilizar a visão do investidor e as políticas governamentais.

Nordeste Empreendedor

O Banco do Nordeste mantém o Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes – Nordeste Empreendedor – como complemento de suas linhas de crédito voltadas para o fomento ao desenvolvimento. O Nordeste Empreendedor é um fundo de capital de risco com capital subscrito de R\$ 36 milhões. O Banco realizou, até o primeiro semestre de 2005, prospecções em 210 empresas emergentes da região, com registro de aprovação para investimentos no montante de R\$ 16,1 milhões, em cinco empresas do Nordeste, com R\$ 10,5 milhões efetivamente já desembolsados.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE (ETENE)

O Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene) tem como responsabilidade básica apoiar e complementar as ações do Banco realizando estudos e pesquisas econômicas e, por meio dos fundos de apoio científico e tecnológico, incentivar a pesquisa e difusão tecnológica na área de atuação da Empresa. No primeiro semestre de 2005, o Etene produziu 11 estudos contendo análises de mercado sobre setores financiados pelo Banco, como cerâmica vermelha, calçados, carcinicultura, ovinocaprinocultura e indústria têxtil. Foram lançadas duas edições do Boletim de Conjuntura Econômica, referência permanente das condições gerais da economia brasileira e nordestina, por setor.

Fundos de Apoio Científico e Tecnológico

O BNB fomenta o desenvolvimento científico e tecnológico da Região por meio da disponibilização de recursos não-reembolsáveis do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci), do Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas do Nordeste (Fase) e do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). No primeiro semestre de 2005, foram liberados R\$ 2.475,4 mil para 52 projetos por meio do Fundeci, R\$ 417,4 mil por meio do Fase, destinados a 17 estudos socioeconômicos, e R\$ 455,9 mil, para 9 projetos aprovados pelo FDR.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Entre os instrumentos de Governança Corporativa do BNB, estão as unidades específicas de controladoria e de controles internos, o sistema de auditoria interna, a auditoria independente, os Conselhos Fiscal e de Administração e o Comitê de Auditoria do BNB.

Controladoria

O Sistema de Orçamento das Unidades teve seu módulo de acompanhamento orçamentário concluído e implantado no primeiro semestre de 2005. O Sistema faz parte das iniciativas de Governança Corporativa do Banco do Nordeste, permitindo a simulação do resultado financeiro a partir de volumes estimados para produtos, negócios, serviços e despesas de uma unidade. Integra-se ao planejamento estratégico e operacional da Empresa, passando a ser uma peça fundamental no processo decisório e na avaliação de desempenho das unidades do Banco.

Controles Internos

As atividades de verificação de *compliance*, empreendidas pelo BNB, consistiram, durante o semestre, na verificação da conformidade das operações de crédito de valor superior a R\$ 50 mil e, por amostragem, daquelas de valor igual ou inferior a R\$ 50 mil – incluindo as operações contratadas por meio do Pronaf –, bem como de todas as operações de crédito da área comercial de valor superior a R\$ 100 mil e deferidas a partir do mês de junho de 2005. As operações da área comercial com valor abaixo de R\$ 100 mil também foram analisadas por meio de amostragem. O trabalho resultou na análise de conformidade de 1.090 propostas, cujo valor somado, de R\$ 1,3 bilhão, corresponde a 44% do valor total deferido pelo Banco no semestre. Foram verificados, também, 30.774 pedidos de dotação para contratação, no valor de R\$ 994,7 milhões.

Além disso, foi constituída comissão interna, por meio da Resolução da Presidência Nº RP/0608, de 14/07/2005, com vistas à verificação da conformidade do processo de crédito relativo a operações estruturadas.

INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Gestão de Pessoas

O BNB encerrou o semestre com 4.385 funcionários, após a efetivação de 461 candidatos aprovados na última seleção externa realizada pela Empresa. Foram selecionados, também, 196 bolsistas de nível superior e 41 de nível médio. O programa de educação corporativa do BNB proporcionou a 85 funcionários sem nível superior cursar programas de graduação, nível seqüencial ou tecnológico durante o semestre. Outros 97 funcionários participaram de cursos de especialização, mestrado ou MBA. Foram disponibilizadas 3.857 oportunidades de treinamento profissional em sala de aula e 3.372 oportunidades em cursos à distância, resultando numa média de 1,7 oportunidade por funcionário. Entre as capacitações promovidas estão o Programa de Formação para Gerentes Executivos da Área Administrativa, Treinamento para Área de Pré-Atendimento das Agências e o Programa de Instrução, Contratação e Conformidade do Processo de Crédito.

Comunicação e Marketing

O apoio do BNB a eventos durante o primeiro semestre totalizou R\$ 2,8 milhões, com o patrocínio de 271 eventos negociais – dentre congressos, seminários, feiras e exposições –, 398 relativos às áreas de ação social, educação, esportes e preservação do meio ambiente e 163 no âmbito das artes plásticas, música, artesanato, dança, teatro, cinema, festas populares e apoio financeiro para a publicação de obras literárias.

Estrutura Organizacional

O BNB aprovou mudança em sua forma de atuação no espaço regional, com a criação de superintendências em cada Estado do Nordeste e uma no Estado de Minas Gerais, responsável pelo atendimento do norte de Minas e do Espírito Santo e também as agências de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. A mudança proporciona melhores condições de funcionamento do Banco nos Estados e municípios e faz parte do conjunto de transformações que a Empresa vem implementando com foco no incremento dos negócios, expansão da área comercial e fortalecimento de sua missão de desenvolvimento. Anteriormente, o BNB contava com cinco superintendências regionais, cada uma atuando em dois ou mais Estados, coordenando um total de 180 agências.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Banco do Nordeste criou o Projeto Responsabilidade Social Empresarial, com o objetivo de desenvolver um novo modelo de gestão baseado no conceito de cidadania corporativa e sistematizar ações já tradicionais no relacionamento com seus públicos de interesse, como o apoio à cultura, o programa Qualidade de Vida – voltado para o público interno – e o Programa de Iniciação Profissional, entre outros. O projeto trabalhará na definição de critérios de apoio a projetos sociais e no desenvolvimento de sistema com indicadores de desempenho dos projetos apoiados.

Apoio à Cultura

O BNB mantém o apoio à cultura da Região como uma de suas principais iniciativas de Responsabilidade Social. Esse apoio se expressa especialmente por meio da manutenção do Centro Cultural Banco do Nordeste do Brasil (CCBNB), voltado para a formação de platéias e do apoio, com recursos não reembolsáveis, de projetos culturais

desenvolvidos em todos os Estados de atuação do Banco. O público que circulou pelas dependências do CCBNB totalizou 210.791 pessoas de janeiro a junho de 2005. Já o público registrado como participante dos programas culturais disponibilizados pelo Centro Cultural foi de 47.732 pessoas.

No semestre, o Banco disponibilizou um total de R\$ 2 milhões para artistas de todo o Nordeste, do norte de Minas Gerais e do Norte do Espírito Santo, por meio de edital de seleção pública. O Programa BNB de Cultura teve adesão acima do esperado, com 2.365 projetos inscritos, e selecionou 187 iniciativas nas áreas de música, literatura, artes cênicas e artes visuais.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

No primeiro semestre de 2005, o BNB produziu R\$ 317,5 milhões de valor adicionado, ou seja, de riqueza líquida gerada para a sociedade. O valor foi 11,2% inferior aos R\$ 357,4 milhões gerados em igual período de 2004.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

R\$ milhões

	2004 (1º Sem)	2005 (1º Sem)		
Receitas	1.176,6	1.437,9		
Intermediação Financeira	1.130,2	1.520,6		
Prestações de Serviços	275,0	290,4		
Provisão para Devedores Duvidosos	(96,9)	(255,6)		
Não-operacionais	(131,7)	(117,5)		
Despesas de Intermediação Financeira	(611,4)	(587,2)		
Insumos Adquiridos de Terceiros	(200,9)	(525,0)		
Materiais, energia e outros	(103,8)	(543,4)		
Serviços de terceiros	(46,7)	(48,3)		
Perda/Recuperação de valores ativos	(50,4)	66,7		
Valor Adicionado Bruto	364,3	325,7		
Retenções	(6,9)	(8,3)		
Depreciação, amortização e exaustão	(6,9)	(8,3)		
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	357,4	317,5		
Distribuição do Valor Adicionado	357,4	100,0%	317,5	100,0%
Pessoal	211,7	59,2%	243,0	76,5%
- Proventos, Encargos e Benefícios	129,9	36,3%	153,8	48,4%
- Provisões Deliberação CVM 371 (planos de aposentadoria e pensão e de assistência médica)	81,8	22,9%	89,2	28,1%
Impostos, taxas e contribuições	52,4	14,7%	61,9	19,5%
Aluguéis	5,1	1,4%	5,5	1,7%
Dividendos	14,6	4,1%	-	-
- União	13,8	3,9%	-	-
- Outros	0,9	0,2%	-	-
Lucros (Prejuízos) retidos	73,5	20,6%	7,0	2,2%

INSTRUÇÃO CVM

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários CVM nº 381/03, de 14.01.2003, o BNB informa que a TREVISAN AUDITORES INDEPENDENTES, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no primeiro semestre de 2005, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

Fortaleza, 12 de agosto de 2005

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA

**Banco do
Nordeste**



Demonstrações Contábeis

B A N C O

Posição: 30.06.2005

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
SEDE: AV. PARANJANA, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - CARTA PATENTE Nº 3465 - C.N.P.J. 07.237.373/0001-20

BALANÇO PATRIMONIAL

30 DE JUNHO DE 2005 E 2004
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

A T I V O			P A S S I V O		
	30.06.2005	30.06.2004		30.06.2005	30.06.2004
CIRCULANTE	4.420.343	3.351.172	CIRCULANTE	3.837.916	5.521.292
DISPONIBILIDADES	38.382	30.955	DEPÓSITOS (Nota 7b).....	1.140.201	989.719
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	389.803	599.787	Depósitos à Vista	52.990	189.604
Aplicações no Mercado Aberto	352.799	245.000	Depósitos de Poupança	394.833	374.650
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	37.004	354.787	Depósitos Interfinanceiros	63.057	36.920
TÍT. E VALORES MOB. E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 4).....	2.760.285	1.402.059	Depósitos a Prazo (Nota 6c).....	623.182	388.545
Carteira Própria	2.753.011	1.349.844	Outros Depósitos	6.139	0
Vinculados a Compromissos de Recompra.....	0	52.047	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	102.298	173.505
Vinculados à Prestação de Garantias	7.274	168	Carteira Própria	0	52.001
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	119.537	95.075	Carteira de Terceiros	102.298	121.504
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	27.110	9.563	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	0	105.035
Créditos Vinculados:			Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	0	105.035
Depósitos no Banco Central	83.093	79.378	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	12.908	9.533
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	8.499	6.062	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	12.908	9.533
Correspondentes	835	72	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	12.217	304
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 5).....	677.422	329.536	Recursos em Trânsito de Terceiros	11.917	245
Setor Público	10.904	16.025	Transferências Internas de Recursos	300	59
Setor Privado	849.517	559.289	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	145.085	71.442
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(182.999)	(245.778)	Empréstimos no País - Instituições Oficiais	7.617	7.414
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7a).....	429.700	889.790	Empréstimos no Exterior (Nota 6d).....	137.468	64.028
Créditos por Avais e Fianças Honoradas	17	6	OBRIG POR REPASSES DO PAIS- INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 7c).....	430.419	440.680
Carteira de Câmbio	121.422	30.587	Tesouro Nacional	208	211
Rendas a Receber	2.668	6.680	BNDES (Nota 6b).....	276.380	305.318
Negociação e Intermediação de Valores	15	81	CEF	310	292
Créditos Específicos	291	287.221	FINAME (Nota 6b).....	33.387	64.840
Diversos	317.072	565.366	Outras Instituições	120.134	70.019
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(11.785)	(151)	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 6d e 7d).....	63.208	77.298
OUTROS VALORES E BENS	5.214	3.970	Repasses do Exterior	63.208	77.298
Outros Valores e Bens	11.069	10.209	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 7e).....	1.931.580	3.653.776
(Provisões para Desvalorizações)	(6.089)	(6.349)	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	12.916	7.847
Despesas Antecipadas	234	110	Carteira de Câmbio	20.340	156
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	8.341.420	9.747.411	Sociais e Estatutárias	240	14.749
TÍT. E VALORES MOB. E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 4).....	5.263.503	6.638.165	Fiscais e Previdenciárias	106.495	14.595
Carteira Própria	5.263.503	6.583.776	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 15).....	1.438.940	3.024.667
Vinculados ao Banco Central	0	48.428	Diversas	352.649	591.762
Vinculados à Prestação de Garantias	0	5.961	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	7.861.599	6.412.226
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	22.101	24.941	DEPÓSITOS (Nota 7b)	1.615.847	1.662.838
Créditos Vinculados:			Depósitos à Vista	64.313	61.693
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	1.019	1.165	Depósitos a Prazo (Nota 6c)	1.551.534	1.601.145
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	21.082	23.776	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	87.790	88.974
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 5).....	2.809.823	3.014.845	Empréstimos no País - Instituições Oficiais	87.790	88.974
Setor Público	1.219.438	1.445.345	OBRIG POR REPASSES DO PAIS- INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 7c).....	1.016.163	1.194.223
Setor Privado	1.767.948	1.717.297	Tesouro Nacional	1.591	1.622
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(177.563)	(147.797)	BNDES (Nota 6b).....	698.299	856.764
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7a).....	245.993	69.460	CEF	720	1.005
Créditos por Avais e Fianças Honoradas	37	0	FINAME (Nota 6b).....	95.344	83.501
Diversos	265.006	95.095	Outras Instituições	220.209	251.331
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(19.050)	(25.635)	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 6d e 7d)	809.450	1.047.042
PERMANENTE	158.315	150.933	Repasses do Exterior	809.450	1.047.042
INVESTIMENTOS	762	766	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 7e).....	4.332.349	2.419.149
Outros Investimentos	8.901	8.905	Fiscais e Previdenciárias	680.832	805.460
(Provisão para Perdas)	(8.139)	(8.139)	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 15).....	2.716.077	1.013.764
IMOBILIZADO DE USO	152.182	146.413	Diversas	935.440	599.925
Imóveis de Uso	193.975	186.181	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	1.456	1.099
Outras Imobilizações de Uso	81.689	70.532	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	1.456	1.099
(Depreciações Acumuladas)	(123.482)	(110.300)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 9).....	1.219.107	1.314.899
DIFERIDO	5.371	3.754	CAPITAL	1.277.000	1.228.000
Gastos de Organização e Expansão	9.849	11.427	De Domiciliados no País	1.277.000	1.228.000
(Amortização Acumulada)	(4.478)	(7.673)	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	40.897	43.432
			RESERVAS DE LUCROS	221	5.111
			AJUSTE AO VALOR DE MERCADO-TVM E DERIVATIVOS	6.155	(4.722)
			LUCROS OU (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	(105.166)	43.078
TOTAL DO ATIVO	12.920.078	13.249.516	TOTAL DO PASSIVO	12.920.078	13.249.516

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
 SEDE: AV. PARANJANA, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
 CAPITAL ABERTO - CARTA PATENTE Nº 3465 - C.N.P.J. 07.237.373/0001-20

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

30 DE JUNHO DE 2005 E 2004
 Direção Geral e Agências no País
 (Valores em R\$ Mil)

	1º sem/2005	1º sem/2004
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 7f).....	1.019.501	987.108
Operações de Crédito	318.772	384.719
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	684.254	594.289
Resultado de Operações de Câmbio	6.842	9.593
Resultado das Aplicações Compulsórias	9.633	(1.493)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 7g).....	(842.792)	(708.271)
Operações de Captação no Mercado	(174.566)	(157.546)
Operações de Empréstimos e Repasses	(412.653)	(453.865)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(255.573)	(96.860)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	176.709	278.837
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS (Nota 7h)	(52.189)	(58.967)
Receitas de Prestação de Serviços	290.400	274.978
Despesas de Pessoal	(266.063)	(230.597)
Outras Despesas Administrativas	(167.005)	(161.074)
Despesas Tributárias	(38.880)	(33.525)
Outras Receitas Operacionais	501.067	143.112
Outras Despesas Operacionais	(371.708)	(51.861)
RESULTADO OPERACIONAL	124.520	219.870
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	2.068	(5.804)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	126.588	214.066
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 8)	(119.539)	(125.894)
Provisão para Imposto de Renda	(39.184)	(142)
Provisão para Contribuição Social	(14.201)	(61)
Ativo Fiscal Diferido	(66.154)	(125.691)
LUCRO LÍQUIDO	7.049	88.172
Nº de Ações (em milhões)	870.019	870.019
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)	0,01	0,10

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.
 SEDE: AV. PARANJANA, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
 CAPITAL ABERTO - CARTA PATENTE Nº 3465 - C.N.P.J. 07.237.373/0001-20

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

30 DE JUNHO DE 2005 E 2004
 Direção Geral e Agências no País
 (Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO		RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTE AO VALOR DE MERCADO - TVM E DERIVATIVOS	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
	CAPITAL	AUMENTO DE CAPITAL	ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31.12.2003	1.162.000	0	44.925	4.236	62.466	41.554	0	1.315.181
AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES							(27.554)	(27.554)
AJUSTE AO VR. DE MERC.-TVM E DERIVATIVOS						(46.276)		(46.276)
AUMENTO DE CAPITAL:								
Proveniente de Reserva		66.000		(3.534)	(62.466)			0
OUTROS EVENTOS:								
Reavaliação de Ativos:								
Realização da Reserva:								
Valor Bruto			(2.262)				2.262	0
Encargos Tributários			769				(769)	0
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE							88.172	88.172
Destinações:								
Reservas.....				4.409			(4.409)	0
Dividendos.....							(14.624)	(14.624)
SALDOS EM 30.06.2004	1.162.000	66.000	43.432	5.111	0	(4.722)	43.078	1.314.899
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	0	66.000	(1.493)	875	(62.466)	(46.276)	43.078	(282)
SALDOS EM 31.12.2004	1.228.000	0	42.240	8.306	40.915	20.925	0	1.340.386
AJUSTE DE PERÍODOS ANTERIORES							(113.558)	(113.558)
AJUSTE AO VR. DE MERC.-TVM E DERIVATIVOS						(14.770)		(14.770)
AUMENTO DE CAPITAL:								
Proveniente de Reservas:								
- Transferência p/Aumento de Capital.....		49.000		(8.085)	(40.915)			0
OUTROS EVENTOS:								
Reavaliação de Ativos:								
Realização da Reserva:								
Valor Bruto			(2.035)				2.035	0
Encargos Tributários			692				(692)	0
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE							7.049	7.049
SALDOS EM 30.06.2005	1.228.000	49.000	40.897	221	0	6.155	(105.166)	1.219.107
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	0	49.000	(1.343)	(8.085)	(40.915)	(14.770)	(105.166)	(121.279)

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
 SEDE: AV. PARANJANA, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
 CAPITAL ABERTO - CARTA PATENTE Nº 3465 - C.N.P.J. 07.237.373/0001-20

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

30 DE JUNHO DE 2005 E 2004
 Direção Geral e Agências no País
 (Valores em R\$ Mil)

	1º Sem/2005	1º Sem/2004
ORIGEM DOS RECURSOS	453.540	1.037.710
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO (1)	15.602	101.913
VARIAÇÃO NOS RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	178	738
AJUSTE AO VALOR DE MERCADO-TVM E DERIVATIVOS	(14.770)	(46.276)
AJUSTE DE PERÍODOS ANTERIORES.....	(113.558)	(27.554)
RECURSOS DE TERCEIROS ORIGINÁRIOS DE:		
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO:		
Depósitos.....	44.419	0
Captações no Mercado Aberto(Operações Compromissadas).....	0	110.003
Relações Interfinanceiras e Interdependências	19.695	9.745
Outras Obrigações	190.293	521.496
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO:		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	0	43.014
Títulos e Valores Imobiliários.....	240.189	0
Operações de Crédito	44.621	0
Outros Créditos	27.544	323.670
Outros Valores e Bens	0	62
ALIENAÇÃO DE BENS E INVESTIMENTOS:		
Bens Não de Uso Próprio	(137)	1.094
Imobilizado de Uso	(527)	(186)
Investimentos	(9)	(9)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	446.745	1.027.713
DIVIDENDOS E BONIFICAÇÕES PROPOSTOS	0	14.624
INVERSÕES EM:		
Bens Não de Uso Próprio	387	654
Imobilizado de Uso	11.603	15.871
APLICAÇÕES NO DIFERIDO	1.369	535
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO:		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	19.125	0
Títulos e Valores Mobiliários	0	621.913
Relações Interfinanceiras e Interdependências.....	33.486	4.959
Operações de Crédito	0	221.029
Outros Valores e Bens	135	0
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO:		
Depósitos	0	114.243
Captações no Mercado Aberto (Operações Compromissadas)	100.689	0
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	32.066	11.257
Obrigações por Empréstimos e Repasses	247.885	22.628
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	6.795	9.997
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA: Aumento das Disponibilidades	6.795	9.997
Início do Período	31.587	20.958
Fim do Período	38.382	30.955
(1) DEMONSTRATIVO DO LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO		
LUCRO LÍQUIDO	7.049	88.172
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO:		
Depreciações e Amortizações	8.256	6.878
Provisão para Perdas em Investimentos.....	0	3.809
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	297	3.054
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	15.602	101.913

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 30 de junho de 2005 e 2004

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 10-Contingências Passivas
Nota 2- Apresentação das Demonstrações Contábeis	Nota 11-Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 3- Diretrizes Contábeis	Nota 12-Participação nos Lucros e Resultados
Nota 4-Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 13-Benefícios a Empregados
Nota 5-Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 14-Saldos Patrimoniais Vinculados a Moedas Estrangeiras
Nota 6-Obrigações de Longo Prazo	Nota 15-FNE
Nota 7-Detalhamento dos Principais Destaques das Demonstrações Contábeis	Nota 16-Limites Operacionais – Acordo de Basiléia
Nota 8-Impostos e Contribuições	Nota 17- Fluxo de Caixa
Nota 9-Patrimônio Líquido	Nota 18-Outras Informações

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., pessoa jurídica de direito privado, é uma instituição financeira pública de caráter regional, criada pela Lei Federal Nº 1.649, de 19.07.1952. Organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, tem por missão impulsionar, como instituição financeira, o desenvolvimento sustentável do Nordeste do Brasil, através do suprimento de recursos financeiros e de suporte à capacitação técnica a empreendimentos da Região.

Para cumprimento de sua missão, além da concessão de créditos para implantação de empreendimentos, o Banco do Nordeste prima, em parceria com os clientes, pela continuidade e sucesso dos negócios realizados, através de processo de visita técnica e gerencial, aportando recursos adicionais, quando necessários.

Classificado como banco múltiplo, o Banco do Nordeste está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras assim classificadas, exceto a carteira de crédito imobiliário.

Na qualidade de órgão de desenvolvimento, o Banco do Nordeste opera, dentre outros programas de fomento, o Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE.

NOTA 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a legislação societária brasileira, bem como de acordo com as instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A partir de junho/2005 os encargos referentes à concessão de benefícios a empregados (Deliberação CVM Nº 371) passaram a ser registrados nas rubricas “Provisão para Pagamentos a Efetuar” e em “Despesas de Pessoal”. Ante o fato, o Banco procedeu a ajustes em sua Demonstração de Resultado, posição de 30.06.2004, mediante a transferência do montante de R\$ 81.808 mil registrados em Outras Despesas Operacionais para Despesa de Pessoal.

NOTA 3 - Diretrizes Contábeis

a) Apuração de Resultados

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, destacando-se o seguinte:

- a.1) Os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os ativos e passivos são apropriados *pro rata* dia;
- a.2) As provisões, inclusive os encargos sobre férias e 13º salário, são reconhecidos por competência mensal, segundo o período incorrido;
- a.3) São considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário, cabendo salientar que:

- b.1) As operações de crédito estão pactuadas às taxas normais de mercado;
- b.2) A provisão para operações de crédito está constituída de acordo com a Resolução Nº 2.682, de 21.12.1999, do Conselho Monetário Nacional;
- b.3) Os títulos e valores mobiliários foram registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:
 - Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com a finalidade de serem ativos e freqüentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
 - Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento, e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido;
 - Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício;

A classificação em Circulante e Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez. Os Títulos para negociação são apresentados no Circulante, independentemente do prazo de vencimento.

c) Permanente

Demonstrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31.12.1995, observado o seguinte:

- c.1) Os Investimentos estão retificados pela Provisão para Perdas;
- c.2) Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação;
- c.3) O Imobilizado está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: edificações - 4%; sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e demais itens - 10%;
- c.4) O Diferido é composto pelos gastos com aquisição e desenvolvimento de logísticos, instalação e adaptação de dependências e gastos em imóveis de terceiros, e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

d) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

As provisões referentes à concessão de benefícios pós-emprego são reconhecidas em conformidade com as orientações da Deliberação CVM Nº 371, de 13.12.2000.

e) Imposto de Renda, Contribuição Social, PASEP e COFINS

Os provisionamentos são constituídos às alíquotas abaixo demonstradas e considera para cada tributo a base de cálculo prevista na legislação vigente:

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social	9,00%
PASEP	0,65%
COFINS	4,00%

NOTA 4 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Para a obtenção do valor de mercado foram adotados os seguintes critérios:

- Títulos de Renda Fixa: nível médio de deságio negociado no mercado secundário, conforme divulgação da ANDIMA;
- Títulos de Renda Variável: cotação média dos ativos na BOVESPA;

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários em 30.06.2005 estão a seguir distribuídos:

a.1) TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO em R\$ Mil

TIPO	30.06.2005			30.06.2004		
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	71.781	77.839		666.390	679.112	
Letras Financeiras do Tesouro	1.181	1.174	2005 a 2008	572.959	573.963	2004 a 2008
Notas do Banco Central	57.081	62.115	2006	75.530	85.141	2004 a 2006
Notas do Tesouro Nacional	13.519	14.550	2006	17.901	20.008	2004 a 2006
TOTAL DA CATEGORIA	71.781	77.839		666.390	679.112	

No primeiro semestre de 2005, para os títulos classificados na categoria acima, foi registrado um ajuste negativo no valor de R\$ 5.195 mil (R\$ 15.515 mil, em 30.06.2004).

a.2) TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA em R\$ Mil

TIPO	30.06.2005			
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	AJUSTE A MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	3.799.341	3.786.000	(13.341)	
Letras Financeiras do Tesouro	3.602.967	3.598.596	(4.371)	2005 a 2009
Notas do Banco Central	92.161	99.979	7.818	2005 a 2006
Notas do Tesouro Nacional	31.539	33.945	2.406	2005 a 2006
Letras do Tesouro Nacional	41.972	41.970	(2)	2005
Títulos de Renda Fixa – Outros	13.844	10.689	(3.155)	2005 a 2027
Títulos Públicos Federais – Outros	16.740	742	(15.998)	2005
Títulos da Dívida Agrária	118	79	(39)	2005 a 2015
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	833	-	(833)	
Fundos de Desenvolvimento Social	833	-	(833)	Sem Vencimento
TÍT. DE RENDA VARIÁVEL	144.159	169.648	25.489	
Ações de Companhias Abertas	139.948	168.403	28.455	Sem Vencimento

Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	4.211	1.245	(2.966)	Sem Vencimento
TÍT. DADOS EM GARANTIA	1.989	-	(1.989)	2005
TOTAL DA CATEGORIA	3.946.322	3.955.648	9.326	
Crédito Tributário	-	-	147.040	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferido	-	-	(150.211)	
TOTAL DO AJUSTE A VALOR DE MERCADO	-	-	6.155	

30.06.2004

TIPO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	AJUSTE A MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	3.322.153	3.303.374	(18.779)	
Letras Financeiras do Tesouro	3.009.482	2.992.523	(16.959)	2004 A 2009
Notas do Banco Central	140.027	151.724	11.697	2004 A 2006
Notas do Tesouro Nacional	82.040	85.730	3.690	2004 A 2005
Letras do Tesouro Nacional	55.213	55.422	209	2004 A 2005
Títulos de Renda Fixa – Outros	18.314	15.844	(2.470)	2004 A 2027
Títulos Públicos Federais – Outros	16.990	2.072	(14.918)	2004 A 2005
Títulos da Dívida Agrária	87	59	(28)	2005 A 2011
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	727	-	(727)	
Fundos de Desenvolvimento Social	727	-	(727)	Sem Vencimento
TÍT. DE RENDA VARIÁVEL	144.159	158.810	14.651	
Ações de Companhias Abertas	139.948	157.394	17.446	Sem Vencimento
Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	4.211	1.416	(2.795)	Sem Vencimento
TÍT. DADOS EM GARANTIA	2.299	-	(2.299)	2004 a 2005
TOTAL DA CATEGORIA	3.469.338	3.462.184	(7.154)	
Crédito Tributário	-	-	98.765	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferido	-	-	(96.333)	
TOTAL DO AJUSTE A VALOR DE MERCADO	-	-	(4.722)	

a.3) TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO em R\$ Mil

TIPO	30.06.2005			30.06.2004		
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	3.990.301	3.997.653		3.898.928	3.902.817	
Letras Financeiras do Tesouro	3.985.818	3.993.170	2005 a 2008	3.897.462	3.901.351	2005 a 2008
Cotas Fundo de Investimento-Nordeste Empreendedor	4.202	4.202	2005 a 2008	1.207	1.207	2011
Nota do Tesouro Nacional NTN-P	281	281	2012 a 2014	259	259	2012 a 2014
TOTAL DA CATEGORIA	3.990.301	3.997.653		3.898.928	3.902.817	

Durante o semestre, não foram efetuadas reclassificações de títulos e valores mobiliários entre as categorias acima.

b) Instrumentos Financeiros

Nos 1^{os} semestres de 2005 e de 2004, o Banco do Nordeste não possuía operações “em ser” com instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 5 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Composição da Carteira de Crédito em R\$ Mil

	30.06.2005	30.06.2004
Adiantamentos a Depositantes	525	179
Empréstimos	372.157	190.486
Títulos Descontados	22.672	3.684
Financiamentos	535.291	703.860
Financiamentos a Exportação	-	2.968
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	30.631	28.618
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal	499.629	465.242
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.647.644	1.335.124
Financiamentos Imobiliários	264	239
Financiamentos de Infra-Estrutura e Desenvolvimento	738.994	1.007.556
Subtotal de Operações de Crédito	3.847.807	3.737.956
Avais e Fianças Honrados	54	6
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	1.110	161
Devedores por Compra de Valores e Bens	1.885	1.457
Títulos e Créditos a Receber	11.852	10.181
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (*)	107.508	30.119
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	122.409	41.924
TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO	3.970.216	3.779.880

(*) Contas classificadas como OUTRAS OBRIGAÇÕES/Carteira de Câmbio.

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento em R\$ Mil

b.1) Créditos de Curso Normal (1)

Tipo Cliente/Atividade	0 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em Jun/05	Total em Jun/04
Rural	78.221	18.509	55.060	1.405.260	1.557.050	1.168.623
Indústria	204.328	34.017	17.932	148.758	405.035	432.710
Governo	24.466	7.577	44.262	1.153.660	1.229.965	1.460.750
Outros Serviços	104.917	32.427	38.077	131.181	306.602	208.819
Comércio	122.110	24.107	4.666	30.786	181.669	140.570
Intermediários Financeiros	21	7	2	25	55	18.657
Habitação	93	28	38	105	264	239
Pessoas Físicas	10.861	4.434	5.496	19.185	39.976	15.873
T O T A L	545.017	121.106	165.533	2.888.960	3.720.616	3.446.241

b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas				Total em Jun/05	Total em Jun/04
	0 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	575	615	1.860	52.888	55.938	143.577
Indústria	4.252	2.177	3.606	26.724	36.759	39.267
Governo	4	2	5	170	181	352
Outros Serviços	3.838	1.322	1.606	21.361	28.127	38.079
Comércio	1.877	658	601	5.842	8.978	26.743
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	-	2
Pessoas Físicas	662	228	34	357	1.281	812
T O T A L	11.208	5.002	7.712	107.342	131.264	248.832

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas				Total em Jun/05	Total em Jun/04
	0 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	2.499	2.378	11.546	34.005	50.428	37.651
Indústria	2.766	1.237	2.360	26.775	33.138	25.210
Governo	28	35	43	58	164	19
Outros Serviços	6.322	2.579	5.002	11.454	25.357	10.160
Comércio	1.754	1.011	1.209	4.120	8.094	11.307
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	-	1
Pessoas Físicas	662	108	342	43	1.155	459
T O T A L	14.031	7.348	20.502	76.455	118.336	84.807

c) Composição das Operações por Níveis de Risco em R\$ Mil

Nível de Risco	30.06.2005				30.06.2004			
	Crédito Normal (1)	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal (1)	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	1.787.834	-	1.787.834	-	1.482.282	-	1.482.282	-
A	1.124.831	-	1.124.831	5.624	1.199.797	-	1.199.797	5.999
B	302.416	6.290	308.706	3.087	320.165	8.599	328.764	3.288
C	130.047	6.571	136.618	4.098	102.980	11.546	114.526	3.436
D	182.517	15.323	197.840	19.784	130.873	23.687	154.560	15.456
E	37.729	14.233	51.962	15.589	51.877	27.102	78.979	23.694
F	19.144	31.097	50.241	25.121	79.096	36.751	115.847	57.923
G	23.735	12.365	36.100	25.270	22.311	31.262	53.573	37.501
H	112.363	163.721	276.084	276.084	56.860	194.692	251.552	251.552
TOTAL	3.720.616	249.600	3.970.216	374.657	3.446.241	333.639	3.779.880	398.849

(1) Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período em R\$ Mil

	30.06.2005	30.06.2004
Saldo Inicial	368.059	598.813
(+) Constituição de Provisão Líquida no período	257.740	98.756
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no período	(251.142)	(298.720)
(=) Provisão para perdas da Carteira de Crédito	374.657	398.849
(+) Provisão de Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	16.740	20.512
(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	391.397	419.361

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão em R\$ Mil

	30.06.2005	30.06.2004
(+) Despesas de Provisão de Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	256.003	98.893
(+) Despesas de Provisão de Outros Créditos de Liquidação	1.737	156
(-) Reversões de Provisões Operacionais	-	(293)

(=) Saldo da Despesa de Provisão c/Característica de Concessão de Crédito	257.740	98.756
(+) Despesa de Prov.de Outros Créditos s/Característica de Concessão de Crédito	382	676
(-) Reversões de Provisões de Outros Créditos s/Caract.de Concessão de Crédito	(2.549)	(2.572)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	255.573	96.860

- f) No semestre foram recuperados Créditos Baixados como Prejuízo no montante de R\$ 107.583 mil (R\$ 87.365 mil em 30.06.2004) e as renegociações de operações importaram em R\$ 111.513 mil (R\$ 663.258 mil em 30.06.2004).
- g) Os valores que se encontravam registrados em Outros Créditos/Créditos Específicos foram totalmente transferidos para Operações de Crédito no segundo semestre de 2004. Em 15.06.2005 o Tesouro Nacional manifestou-se contrário à cessão de operações de crédito rural prevista na Medida Provisória N° 2.196-3, de 24.08.2001.
- h) Nos exercícios de 2002 e de 2003, com base no art. 9º da Lei N° 10.464, de 24.05.2002, foram convertidas operações do crédito rural para o Fundo Constitucional de Financiamentos do Nordeste – FNE. No primeiro semestre de 2005, o Banco retornou para o seu ativo operacional o montante de R\$ 274.181 mil, referente às operações que foram convertidas sem a formalização contratual devidamente registrada nos sistemas operacionais. Esse procedimento gerou um impacto negativo no Patrimônio do Banco da ordem de R\$ 79.677 mil, sendo R\$ 58.414 mil em Lucros ou Prejuízos Acumulados e R\$ 21.263 mil no resultado.

NOTA 6 – Obrigações de Longo Prazo

- a) Em relação às obrigações por empréstimos e repasses contratados no País, as taxas de juros variam de 0 a 14% a.a., com prazos que variam de 4 a 20 anos e prazo médio de 7 anos. A atualização monetária, quando aplicável segundo as disposições legais e contratuais, é calculada com base em índices oficiais divulgados pelo Banco Central do Brasil.
- b) As obrigações contraídas junto ao sistema BNDES da ordem de R\$ 1.103.410 mil (R\$ 1.310.423 mil em 30.06.2004), têm encargos com base na TJLP, acrescida de “spread” médio de 2% a.a. e prazo médio de 6 anos.
- c) As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, registradas em Depósitos Especiais com Remuneração, da ordem de R\$ 1.380.381 mil (R\$ 1.617.390 mil em 30.06.2004), têm custo de captação com base na taxa SELIC, enquanto não aplicadas em operações de crédito, e com base na TJLP, após a liberação para os mutuários. O prazo médio destas obrigações é de 6 anos, com vencimento final em 2023. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa SELIC, totalizam R\$ 444.588 mil (R\$ 517.033 mil em 30.06.2004).
- d) Quanto às obrigações externas, as taxas de juros variam de 2,34% a 6,0% a.a., o prazo médio é de 10 anos e o vencimento final junto ao BID ocorrerá em 2023. A correção cambial, quando aplicável segundo as disposições contratuais, é calculada com base em índices oficiais divulgados pelo Banco Central do Brasil.
- e) Os repasses ativos são feitos, no mínimo, nas mesmas condições dos passivos, quanto a encargos e prazos, e são amparados por garantias reais, avais e fianças, ou outras garantias colaterais.
- f) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento em R\$ Mil

	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em Jun/05	Total em Jun/04
Empréstimos no País	6.058	1.559	21.793	23.061	42.936	-	95.407	96.388
Empréstimos no Exterior	64.951	72.517	-	-	-	-	137.468	64.028
Repasses do País	208.892	221.527	406.835	182.685	119.828	306.815	1.446.582	1.634.903
Repasses do Exterior	2.719	60.489	118.067	119.719	567.808	3.856	872.658	872.658
TOTAL	282.620	356.092	546.695	325.465	730.572	310.671	2.552.115	2.667.977

NOTA 7 – Detalhamento dos Principais Destaques das Demonstrações Contábeis em R\$ Mil

a) Outros Créditos

	30.06.2005	30.06.2004
a.1) Créditos por Avais e Fianças Honrados	54	6
a.2) Carteira de Câmbio	121.422	30.587
Câmbio Comprado a Liquidar	100.000	30.426
Direitos sobre Vendas de Câmbio	20.312	72
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	-	(72)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	1.110	161
a.3) Rendas a Receber	2.668	6.680
a.4) Negociação e Intermediação de Valores	15	81
a.5) Créditos Específicos	291	287.221
Tesouro Nacional – Alongamento de Crédito Rural/Resolução N° 2471 (Nota 5.g)	-	286.930
Tesouro Nacional – Alongamento de Crédito Rural/Resolução N° 2238	291	291
a.6) Diversos	582.078	660.461
Créditos Tributários - Diferenças Temporais	165.952	356.864
Créditos Tributários - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 4.a.2)	147.040	98.765

Devedores por Depósitos em Garantia	75.543	56.623
Impostos e Contribuições a Compensar	33.327	34.100
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	11.852	10.181
Adiantamentos e Antecipações Salariais	6.685	6.015
Pagamentos a Ressarcir	19.176	6.338
Recálculo, abatimentos, dispensa e bônus em operações do BNDES	11.231	5.741
Recálculo, abatimentos, dispensa e bônus em operações do FAT	56.753	36.332
Outros Valores	27.771	22.754
a.7) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(30.835)	(25.786)
Com Característica de Concessão de Crédito	(14.095)	(5.274)
Sem Característica de Concessão de Crédito	(16.740)	(20.512)
TOTAL	675.693	959.250
SALDO DE CURTO PRAZO	429.700	889.790
SALDO DE LONGO PRAZO	245.993	69.460
b) Depósitos		
	30.06.2005	30.06.2004
b.1) Depósitos à Vista	117.303	251.297
Depósitos para Investimentos decorrentes de Incentivos Fiscais	-	113.637
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	68.236	62.123
Depósitos de Governos	19.356	33.113
Depósitos Vinculados	11.727	21.808
Pessoas Jurídicas	13.169	13.101
Pessoas Físicas	4.039	6.146
Outros Valores	776	1.369
b.2) Depósitos de Poupança	394.833	374.650
Depósitos de Poupança Livres-Pessoas Físicas	302.489	285.503
Depósitos de Poupança Livres-Pessoas Jurídicas	92.105	88.921
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	239	226
b.3) Depósitos Interfinanceiros	63.057	36.920
b.4) Depósitos a Prazo	2.174.716	1.989.690
Depósitos a Prazo	603.848	354.649
Depósitos Judiciais com Remuneração	20.470	17.651
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Disponíveis	444.588	517.033
Proger Urbano	71.074	90.598
Proger Rural	52.304	109.529
Pronaf	211.485	221.868
Protrabalho	82.795	69.697
Estiagem	26.930	25.341
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Aplicados	935.793	1.100.357
Proger Urbano	196.039	259.597
Proger Rural	47.892	74.289
Pronaf	101.269	106.041
Protrabalho	554.810	623.160
Estiagem	35.783	37.270
FINOR/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei Nº 8.167	170.017	-
b.5) Outros Depósitos – Depósitos para Investimentos	6.139	-
TOTAL	2.756.048	2.652.557
SALDO DE CURTO PRAZO	1.140.201	989.719
SALDO DE LONGO PRAZO	1.615.847	1.662.838
c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais		
	30.06.2005	30.06.2004
c.1) Tesouro Nacional	1.799	1.833
c.2) BNDES	974.679	1.162.082
Programa de Operações Conjunto-Poc	593.224	759.098
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	381.455	402.984
c.3) CEF	1.030	1.297
c.4) FINAME	128.731	148.341
Programa Especial	1.358	2.008
Programa Automático	108.688	118.311
Programa Agrícola	17.710	23.438
Importação	975	4.584
c.5) Outras Instituições	340.343	321.350
Projeto Piloto de Apoio à Reforma Agrária	64.676	62.618
MEPF - Fundo de Terras e da Reforma Agrária-Banco da Terra	155.053	179.063

EMBRATUR/FUNGETUR	3.258	5.384
Banco da Terra – Combate a Pobreza Rural	113.590	69.392
Outros Programas	3.766	4.893
TOTAL	1.446.582	1.634.903
SALDO DE CURTO PRAZO	430.419	440.680
SALDO DE LONGO PRAZO	1.016.163	1.194.223
d) Obrigações por Repasses do Exterior	<u>30.06.2005</u>	<u>30.06.2004</u>
BID-Prodetur	851.733	1.120.012
BID-Outros Programas	18.890	1.321
Outros Programas	2.035	3.007
TOTAL	872.658	1.124.340
SALDO DE CURTO PRAZO	63.208	77.298
SALDO DE LONGO PRAZO	809.450	1.047.042
e) Outras Obrigações	<u>30.06.2005</u>	<u>30.06.2004</u>
e.1) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	12.916	7.847
Recursos do Proagro	4.408	3.984
Recebimentos de Tributos Federais	7.338	2.970
Outros Tributos e Assemelhados	1.170	893
e.2) Carteira de Câmbio	20.340	156
Obrigações por Compras de Câmbio	107.508	30.119
Câmbio Vendido a Liquidar	20.277	72
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio)	(107.508)	(30.119)
Outros Valores	63	84
e.3) Sociais e Estatutárias	240	14.749
Dividendos e Bonificações a Pagar	59	14.749
Participações nos Lucros	181	-
e.4) Fiscais e Previdenciárias	787.327	820.055
Provisão para Riscos Fiscais	545.990	686.754
Impostos e Contribuições	521.312	686.754
Causas Fiscais	24.678	-
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	171.279	118.706
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 4.a.2)	150.211	96.333
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos	21.068	22.373
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	54.330	972
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	15.728	13.623
e.5) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	4.155.017	4.038.431
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (Nota 15.b)	4.129.640	4.003.011
Outros Valores	25.377	35.420
e.6) Diversas	1.288.089	1.191.687
Provisão para Passivos Contingentes	655.298	719.423
Causas Trabalhistas	142.038	43.558
Causas Cíveis	42.814	58.686
Causas Fiscais	-	17.254
Outras Causas	34.871	-
FNE (Nota 15.c)	435.575	599.925
Provisão para Pagamentos a Efetuar	604.535	448.622
Benefícios a Empregados – Deliberação CVM Nº 371 (Nota 13.e)	560.069	414.869
Plano de Aposentadoria e Pensão	497.468	393.405
Plano de Assistência Médica	62.601	21.464
Despesa de Pessoal	39.511	24.630
Outros Valores	4.955	9.123
Outros Valores	28.256	23.642
TOTAL	6.263.929	6.072.925
SALDO DE CURTO PRAZO	1.931.580	3.653.776
SALDO DE LONGO PRAZO	4.332.349	2.419.149
f) Receitas da Intermediação Financeira	<u>30.06.2005</u>	<u>30.06.2004</u>
f.1) Operações de Crédito	318.772	384.719
Juros e Comissões	176.960	170.657
Correção Monetária	33.787	57.245
Variação Cambial	442	69.452
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	107.583	87.365

f.2) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	684.254	594.289
Títulos de Renda Fixa	679.178	574.722
Outras Aplicações	21.251	29.610
Lucro, Prejuízo e Ajuste	(16.175)	(10.043)
f.3) Resultado de Operações de Câmbio	6.842	9.593
Operações de Câmbio	4.292	1.128
Disponibilidade em Moeda Estrangeira	50	7.590
Variações e Diferenças de Taxas	2.500	875
f.4) Resultado das Aplicações Compulsórias	9.633	(1.493)
Juros e Comissões	9.244	(1.798)
Correção Monetária	389	305
TOTAL	1.019.501	987.108
g) Despesas da Intermediação Financeira		
	<u>30.06.2005</u>	<u>30.06.2004</u>
g.1) Operações de Captação no Mercado	(174.566)	(157.546)
Juros e Comissões	(123.890)	(122.718)
Correção Monetária	(50.193)	(22.305)
Variação Cambial	(483)	(12.523)
g.2) Operações de Empréstimos e Repasses	(412.653)	(453.865)
Juros e Comissões	(63.533)	(75.441)
Correção Monetária	(349.097)	(298.423)
Variação Cambial	(23)	(80.001)
g.3) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 5.e)	(255.573)	(96.860)
Operações de Crédito	(257.740)	(98.756)
Operações s/Característica de Concessão de Crédito	2.167	1.896
TOTAL	(842.792)	(708.271)
h) Outras Receitas/Despesas Operacionais		
	<u>30.06.2005</u>	<u>30.06.2004</u>
h.1) Receitas de Prestação de Serviços	290.400	274.978
Administração de Fundos de Investimentos	2.166	2.100
Administração de Fundos e Programas	253.502	243.335
Prestação de Serviços	34.732	29.543
h.2) Despesas de Pessoal	(266.063)	(230.597)
Proventos	(114.129)	(97.435)
Encargos Sociais	(43.250)	(37.205)
Plano de Aposentadoria e Pensão (CVM Nº 371)	(67.455)	(73.155)
Plano de Assistência Médica (CVM Nº 371)	(21.734)	(8.653)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(19.495)	(14.149)
h.3) Outras Despesas Administrativas	(167.005)	(161.074)
Processamento de Dados	(35.454)	(31.375)
Propaganda e Publicidade	(9.293)	(13.045)
Serviços de Terceiros	(14.628)	(13.917)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(15.965)	(14.618)
Viagens	(6.344)	(7.354)
Comunicações	(9.994)	(9.322)
Depreciação e Amortização	(8.255)	(6.877)
Manutenção e Conservação de Bens	(7.029)	(5.919)
Vigilância, Segurança e Transporte	(7.546)	(6.445)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(2.938)	(5.427)
Serviços do Sistema Financeiro	(4.146)	(3.109)
Serviços Técnicos Especializados	(5.849)	(7.656)
Seguros	(844)	(838)
Cota Patronal da Capef e Camed – Aposentados	(24.733)	-
Emolumentos Judiciais, Cartorários e Honorários Advocáticos	(7.310)	(6.142)
Contribuição Sindical Patronal e Entidade Associativa	(481)	(436)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(1.020)	(826)
Outros Valores	(5.176)	(27.768)
h.4) Despesas Tributárias	(38.880)	(33.525)
Contribuição ao Cofins e PIS/PASEP	(35.176)	(30.166)
CPMF	(1.049)	(982)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(2.282)	(1.960)
Outros Valores	(373)	(417)
h.5) Outras Receitas Operacionais	501.067	143.112

"Del credere" de Fundos Administrados	78.694	48.591
Varição Cambial Negativa de Empréstimos	184.698	921
Reversão de Provisões Operacionais/Riscos com Operações do FNE	143.919	5.031
Recuperação de Encargos e Despesas	2.352	5.979
Rendas de Créditos Específicos	-	4.533
Reversão de Provisões de CSLL e IR	7.712	-
Reversão de Provisões Operacionais	72.243	67.147
Juros e Comissões	6.632	5.671
Correção Monetária	4	-
Atualização Monetária de Tributos	974	2.774
Outros Valores	3.839	2.465
h.6) Outras Despesas Operacionais	(371.708)	(51.861)
Varição Cambial da Área de Câmbio	-	(5.357)
Varição Cambial Negativa de Empréstimos	(138.944)	(2.475)
Descontos Concedidos em Renegociação	(2.420)	(3.851)
Encargos de Operações de Crédito	(33.637)	-
Riscos Fiscais	(54.549)	(17.346)
Riscos com Operações do FNE	(25.967)	-
Causas Trabalhistas	(61.507)	(72)
Causas Cíveis	(11.323)	(16.031)
Outras Causas	(218)	(799)
Demais Provisões Operacionais	(6.611)	-
Outros Valores	(36.532)	(5.930)
TOTAL	(52.189)	(58.967)

NOTA 8 - Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco do Nordeste está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela Estimativa. A despesa de Imposto de Renda registrada no primeiro semestre de 2005 foi de R\$ 87.819 mil e a de Contribuição Social foi de R\$ 31.720 mil, estando sua conciliação a seguir demonstrada em R\$ Mil:

	<u>Imposto de Renda</u>		<u>Contribuição Social</u>	
	30.06.2005	30.06.2004	30.06.2005	30.06.2004
Resultado Antes da Tributação	87.156	180.674	118.876	214.066
Adições/Exclusões Permanentes	39.444	50.309	7.736	16.832
Adições/Exclusões Temporais	101.715	(226.706)	101.715	(226.706)
Resultado Tributável Antes das Compensações	228.315	4.277	228.327	4.192
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(68.494)	(1.283)	(68.498)	(1.258)
Resultado Tributável após Compensações	159.821	2.994	159.829	2.934
Tributos Devidos	39.434	736	14.201	264
Deduções (Incentivos fiscais e compensações)	(250)	(594)	-	(203)
Realização Crédito Tributário sobre diferenças temporais	48.635	92.420	17.519	33.721
Valores registrados em despesa	87.819	92.562	31.720	33.332
% da despesa em relação ao resultado antes da tributação	100,76%	51,23%	26,68%	15,57%

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporais

A Lei Nº 9.430, em seu artigo 9º, de 27.12.1996, determina as regras de dedutibilidade da despesa de provisão para devedores duvidosos na base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, as quais diferem das disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional Nº 2.682, de 21.12.1999. A parcela de provisão constituída pelas regras do Conselho Monetário Nacional que ultrapassa o limite apurado de acordo com a legislação fiscal é adicionada temporariamente na base de cálculo dos tributos citados. O provisionamento temporariamente indedutível reduzirá os resultados tributários de períodos seguintes, quando o mesmo passar a se enquadrar nos conceitos de perda para fins fiscais ou quando de sua reversão.

Para fins de atendimento às determinações da Resolução CMN Nº 3.059, de 20.12.2002, o Banco apresentou na DIPJ 2005, ano calendário 2004, lucro tributário de imposto de renda e base positiva de contribuição social. Os respectivos ajustes foram registrados no primeiro semestre de 2005 em Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Diante da temporariedade da adição das provisões para devedores duvidosos e conforme disposição da Circular BACEN Nº 3.171, de 30.12.2002, Deliberação CVM Nº 273, de 20.08.1998, e artigo 8º da Medida Provisória Nº 2.158-35, de 24.08.2001, o Banco registra crédito tributário correspondente ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre referidas diferenças temporais.

De acordo com a Carta-Circular BACEN Nº 3.023, de 11.06.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, relativamente aos títulos disponíveis para venda. A movimentação dos créditos está a seguir demonstrada, em R\$ Mil:

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
	Diferenças temporais	TVM	Diferenças temporais	TVM	Art. 8º MP 2.158/01
Saldo Inicial em 31.12.2004	170.660	90.818	61.446	32.694	37.912
(+) Constituição de Créditos	-	17.300	-	6.228	-
(-) Realização/Baixa de Créditos	(48.635)	-	(17.519)	-	(37.912)
(=) Saldo Final em 30.06.2005	122.025	108.118	43.927	38.922	-

O saldo da provisão ativa de Imposto de Renda e Contribuição Social, registrado em “OUTROS CRÉDITOS-Diversos”, apresenta a seguinte composição em R\$ Mil:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2005	30.06.2004	30.06.2005	30.06.2004
1. Total das Diferenças Temporais	2.671.376	2.801.108	2.671.376	2.801.108
2. Prejuízo Fiscal e Base Negativa	865.714	869.844	867.418	893.681
3. Base de cálculo total (1) + (2)	3.537.090	3.670.952	3.538.794	3.694.789
4. Créditos Tributários s/Dif.Temp.+ Prej.Fiscal e Base Negativa	884.273	917.738	318.491	332.531
5. CSLL a Compensar art.8º MP 2158-35/01	-	-	-	37.912
6. Crédito Tributário decorrente da marcação a mercado de TVM	108.118	72.621	38.922	26.144
7. Total dos Créditos Tributários	992.391	990.359	357.413	396.587
8. Créditos Tributários Ativados	230.143	307.144	82.849	148.485
9. Créditos Tributários Não Ativados (7)-(8)	762.248	683.215	274.564	248.102

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporais sobre as quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros, com a conseqüente geração de obrigações com impostos e contribuições, já considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei Nº 9.249/95. O quadro abaixo demonstra os valores previstos de realização, na data de 30.06.2005, comparativamente com o valor presente do crédito, calculado com base na taxa de Depósitos Interfinanceiros – CDI projetada para os períodos correspondentes. No primeiro semestre de 2005, foi realizado o valor de R\$ 66.154 mil de Créditos Tributários sobre diferenças temporais, equivalente a 115,04% dos R\$ 57.507 mil previstos em dezembro de 2004 para realização em todo o ano de 2005.

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2006	19.813	18.157	7.131	6.534	26.944	24.691
2007	37.685	29.633	13.566	10.668	51.251	40.301
2008	44.985	30.854	16.195	11.107	61.180	41.961
2009	19.542	11.805	7.035	4.250	26.577	16.055
TOTAL	122.025	90.449	43.927	32.559	165.952	123.008

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários apurados pelo valor presente de realização, na forma da Circular BACEN Nº 3.068/01, serão realizados de acordo com os vencimentos dos Títulos, conforme demonstrado abaixo, em R\$ Mil:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2005	95.004	95.004	34.201	34.201	129.205	129.205
2006	3.660	3.660	1.318	1.318	4.978	4.978
2007	3.106	3.106	1.118	1.118	4.224	4.224
2008	1.073	1.073	386	386	1.459	1.459
2009	2.542	2.542	915	915	3.457	3.457
2010 a 2012	5	5	2	2	7	7
2013 a 2015	1	1	-	-	1	1
2025 a 2027	2.727	2.727	982	982	3.709	3.709
TOTAL	108.118	108.118	38.922	38.922	147.040	147.040

NOTA 9 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O valor do Capital Social é de R\$ 1.277.000 mil (R\$ 1.228.000 mil em 30.06.2004), representado por 870.019.022.574 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas, de acordo com a distribuição a seguir:

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	465.952.800.540	353.731.907.693	96,10	94,22
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	14.737.043.790	23.732.649.036	3,04	4,42
BNDESPAR	490.153.432	4.899.854.822	0,10	0,62
Outros (35.333 acionistas)	3.667.757.582	2.806.855.679	0,76	0,74
TOTAL	484.847.755.344	385.171.267.230	100,00	100,00

b) Reserva de Reavaliação

Refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. A realização ocorrida neste semestre, no valor de R\$ 1.343 mil (R\$ 1.493 mil em 30.06.2004), foi transferida para “Lucros ou Prejuízos Acumulados”.

c) Dividendos e Reservas de Lucros

Embora o Banco tenha apresentado em 30.06.2005 lucro de R\$ 7.049 mil, não foram constituídas reservas de lucros e nem distribuídos dividendos aos acionistas, em função do saldo negativo apresentado na conta Lucros ou Prejuízos Acumulados decorrente dos ajustes de exercícios anteriores especificados na Nota 9.d.

Tal decisão está amparada nas regras societárias dispostas na Lei Nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Capítulo I, Seção 20, do COSIF - Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional e art. 53 do Estatuto Social do Banco, bem como em obediência ao Princípio da Integridade do Capital.

d) Ajustes de Exercícios Anteriores em R\$ Mil

	Ajuste Devedor
Crédito tributário da CSLL constituído em 1998 com base no Art. 8º da MP 2158-35	(37.912)
Crédito tributário da CSLL sobre base negativa de 2003 gerada por antecipações pagas com crédito indevido do plano verão	(9.518)
Reversão de encargos de inadimplência efetivados face conversão de operações para o FNE – Lei Nº 10.464 (Nota 5.h)	(6.995)
Recálculo de remuneração do disponível FNE no período de 26/02/98 a 31/12/04, referente a parcela liberada indevidamente e devolvida ao Fundo em 04/02/2005	(295)
Ajuste/complementos na Cessão de Créditos para a União – Res. 2471 (Nota 5.g)	(171)
Desconversão de Operações do FNE para o Banco – Lei Nº 10.464 (Nota 5.h)	(58.414)
IR e CSLL apurados em face de ajuste no resultado fiscal de 2004	(253)
TOTAL	(113.558)

NOTA 10 – Contingências Passivas

O Banco do Nordeste é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista, que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. A avaliação da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Área Jurídica, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

Essa classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: a) fundamentação fática e jurídica do pedido da parte adversa; b) resultados obtidos pelo Banco em demandas semelhantes; c) tendência jurisprudencial dos Tribunais Superiores das matérias objeto da demanda.

Em observância ao pronunciamento NPC XXII do IBRACON, a partir de janeiro de 2005, o Banco passou a constituir provisão integral sobre o valor estimado de perda nas demandas classificadas como provável, não cabendo provisão para as enquadradas como possível e remota, conforme demonstração a seguir, em R\$ mil:

	Valor da Base	Provisão
PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS		
Impostos e Contribuições (Provável)	521.312	521.312
Causas Fiscais	214.888	24.678
Provável	24.678	24.678
Possível	39.905	-
Remoto	150.305	-
Total	736.200	545.990
PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES		
Causas Trabalhistas	176.070	142.038
Provável	142.038	142.038
Possível	20.098	-
Remoto	13.934	-
Causas Cíveis	179.845	42.814
Provável	42.814	42.814
Possível	98.915	-
Remoto	38.116	-
Outras Causas	40.168	34.871
Provável	34.871	34.871
Possível	1.705	-
Remoto	3.592	-
Total	396.083	219.723

A Provisão para Riscos Fiscais de Impostos e Contribuições contempla o total dos valores compensados do Imposto de Renda e Contribuição Social, pagos em decorrência do expurgo inflacionário (Plano Verão).

O risco assumido pelo Banco nas operações do FNE, contratadas a partir de 01.12.1998, é calculado de forma análoga ao previsto na Resolução Nº 2.682/99.

NOTA 11 - Remuneração Paga a Funcionários e Administradores

Os valores máximos, médios e mínimos da remuneração mensal paga pelo Banco a seus funcionários e administradores são os seguintes em R\$ 1,00:

Remuneração Bruta	Funcionários (1)	Administradores (2)
Máxima	R\$ 11.195,51	R\$ 13.054,46
Mínima	R\$ 504,52	-
Média	R\$ 3.259,19	-

(1) Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

(2) Inclui R\$ 2.175,74, referentes ao adicional de 20% da remuneração do cargo, fixado pelo Ministério da Fazenda.

Em 30.06.2005, o número de funcionários do Banco do Nordeste totalizava 4.385 (3.879 em 30.06.2004), registrando-se, no período, um acréscimo de 13,04% no quadro de pessoal do Banco.

NOTA 12 – Participação nos Lucros e Resultados

Embora o Banco tenha apresentado lucro no 1º semestre de 2005, não foi provisionado a participação dos empregados e administradores no lucro, tendo em vista o saldo negativo apresentado na Conta Lucros ou Prejuízos Acumulados devido aos ajustes de exercícios anteriores especificados na Nota 9.d.

NOTA 13 - Benefícios a Empregados

Na forma preconizada pela Deliberação CVM Nº 371, de 13.12.2000, são apresentadas a seguir as informações sobre a política de benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados pelo Banco do Nordeste, no reconhecimento de suas obrigações:

a) O Banco do Nordeste não mantém:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo;
- Remuneração em ações e títulos equivalentes à participação patrimonial.

b) Política Contábil Adotada pelo Banco no Reconhecimento dos Ganhos e Perdas Atuariais

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais segue o disposto nos itens 52 a 55 do anexo da Deliberação CVM Nº 371, ou seja, é reconhecida a parcela dos ganhos ou perdas atuariais que exceda o maior valor entre: 10% do valor presente da obrigação atuarial do benefício definido e 10% do valor justo dos ativos do plano.

c) Características do Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF, entidade fechada de previdência complementar, que suplementa a aposentadoria de funcionários associados e a pensão de seus dependentes. São apresentadas, a seguir, as informações relevantes atinentes ao funcionamento da CAPEF:

c.1) Regime Atuarial

A CAPEF adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas relativas a benefícios de suplementação de aposentadoria, suplementação de pensão e pecúlio ordinário.

c.2) Plano de Benefícios

O tipo de plano adotado é o de benefício definido, assegurando suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez aos participantes, assim como suplementação de pensão e pecúlio ordinário aos dependentes dos participantes.

c.3) Obrigações Vencidas

Não existem.

c.4) Dívida de Contribuições

O Banco do Nordeste em 30.12.2003 celebrou contrato com a CAPEF, concernente a sua parte no acordo como patrocinador para extinção de demandas judiciais, no valor de R\$ 183.695 mil (déficit contratado). Incluiu-se também no contrato o reconhecimento de contribuições não pagas à CAPEF no período de julho/1993 a fevereiro/1994, no valor de R\$ 54.975 mil, perfazendo uma dívida de R\$ 238.670 mil.

O saldo remanescente da dívida contratual do Banco importava, em 30.06.2005, o valor de R\$ 90.304 mil, cujo vencimento será em 29.12.2006.

c.5) Evolução da Situação Atuarial

O resultado atuarial da CAPEF, na posição de junho/2005, apresenta-se superavitário, no valor de R\$ 126.156 mil (superávit de R\$ 76.681 mil em 30.06.2004), conforme Avaliação Atuarial da PROBUS Suporte Empresarial S/C Ltda.

c.6) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco do Nordeste atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional Nº 20/98, registrando, em 30.06.2005, a relação contributiva de 1:1 (Em 30.06.2004 1:1).

d) Características do Plano de Assistência Médica

O Banco do Nordeste é contribuinte do Plano de Saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes inscritos no Plano Natural, através da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

d.1) Obrigações vencidas

Não existem.

d.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, pela co-participação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade das patrocinadoras.

e) Conciliação de Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

A conciliação dos ativos e passivos é demonstrada a seguir, em R\$ mil, conforme avaliações atuariais realizadas pela PROBUS Suporte Empresarial S/C Ltda., com base em informações fornecidas pela CAPEF, pela CAMED e pelo Banco, em cumprimento ao disposto no item 49 do Anexo da Deliberação CVM Nº 371:

Especificação	CAPEF	CAMED
1. Valor Presente das Obrigações Atuariais Total ou Parcialmente Cobertas	2.236.717	262.613
2. Valor Justo dos Ativos do Plano	1.415.929	9.106
3. Valor Presente das Obrigações Atuariais a Descoberto (item 1 menos item 2)	820.788	253.507
a. Valor Presente das Obrigações Atuariais a Descoberto Reconhecidas	497.468	62.601
i. Despesas Correntes	143.095	21.088
ii. Valor Líquido das Perdas Atuariais	11.579	19.546
iii. Custo do Serviço Passado	179.251	-
iv. Parcela do Passivo Atuarial Apurado em 31.12.2001	163.543	21.967
b. Valor Presente das Obrigações Atuariais a Descoberto não Reconhecidas	323.320	190.906
i. Valor Líquido das Perdas Atuariais	107.505	181.491
ii. Custo do Serviço Passado	145.725	-
iii. Parcela do Passivo Atuarial Apurado em 31.12.2001	70.090	9.415

f) A Movimentação do Passivo Atuarial Líquido no Período é Demonstrada a Seguir, em R\$ Mil:

Especificação	CAPEF	CAMED
1. Passivo Atuarial Líquido, no Final do Exercício Anterior	831.697	232.712
2. Resultado da Movimentação no Passivo Atuarial a Descoberto no Exercício Corrente	(10.909)	20.795
a. Despesas Correntes	30.844	11.847
b. Valor Líquido das Perdas (Ganhos) Atuariais	(12.537)	8.948
c. Custo do Serviço Passado	(29.216)	-
3. Passivo Atuarial Líquido, no Final do Período	820.788	253.507

g) A Despesa Reconhecida na Demonstração de Resultado é Demonstrada a Seguir, em R\$ Mil:

Especificação	CAPEF	CAMED
1. Despesas Correntes	56.269	18.928
a. Custo do Serviço Corrente, Deduzido das Contribuições de Empregados	6.367	4.966
b. Custo dos Juros	131.259	14.479
c. Rendimento Esperado sobre os Ativos do Plano	(81.357)	(517)
2. Perdas e Ganhos Atuariais Reconhecidos no Exercício	-	6.749
3. Custo do Serviço Passado	13.248	-
4. Passivo Atuarial Apurado em 31/12/2001 Reconhecido no Exercício	23.363	3.138
5. Despesa Reconhecida na Demonstração do Resultado	92.880	28.815
a. Despesa de Provisão	67.455	21.734
b. Despesa de Contribuição	25.425	7.081

h) Comentários adicionais

h.1) Despesas Correntes – obrigações apuradas no exercício, decorrentes do acréscimo de tempo de serviço prestado pelos empregados;

h.2) (Ganhos)/Perdas Atuariais Líquidas – obrigações apuradas no exercício, decorrentes de mudanças nas premissas atuariais adotadas ou divergência entre as premissas utilizadas e o que ocorreu efetivamente. O reconhecimento dessas obrigações segue a aplicação das regras de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais – item b desta nota.

h.3) Custo do Serviço Passado - obrigações apuradas quando da ocorrência de aumento de benefícios pós-emprego, referente a serviços prestados por empregados em períodos passados. O reconhecimento de despesas referentes a custo de serviço passado segue o disposto nos itens 38, 56 e 57 do Anexo da Deliberação CVM Nº 371. Registra-se que no exercício corrente foi realizada amortização de custo de serviço passado, no valor de R\$ 29.216 mil, referente ao plano de previdência – CAPEF;

h.4) Passivo Atuarial Apurado em 31.12.2001 – valor presente das obrigações atuariais não cobertas, nos valores de R\$ 233.632 mil (CAPEF) e R\$ 31.382 mil (CAMED), apuradas em 31.12.2001, conforme o disposto no item 49 do Anexo da Deliberação CVM Nº 371. O reconhecimento das despesas, referentes ao passivo atuarial apurado em 31.12.2001, está sendo realizado pelo período de cinco anos, iniciado em 2002 (item 84 do mencionado dispositivo).

i) Premissas utilizadas

i.1) Premissas Biométricas: Tábua de Mortalidade Geral de Válidos – AT83; Tábua de Mortalidade de Inválidos – Experiência do IAPC; Tábua de Entrada em Invalidez – Experiência da CAPEF e Tábua de Rotatividade – Nenhuma.

i.2) Premissas Econômicas: Taxa Real de Rendimento Esperada dos Ativos do Plano – 6% a.a.; Taxa de Inflação Futura – 6% a.a.; Índice de Aumento Salarial Real Estimado – 1% a.a.; Taxa de Crescimento Real dos Benefícios – 0% a.a. e Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial – 6% a.a.; Taxa de Crescimento Real dos Benefícios do INSS – 0% a.a.; Taxa de Crescimento Real dos Gastos Assistenciais – 2,9% a.a..

- i.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do “floating” inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

NOTA 14 - Saldos Patrimoniais Vinculados a Moedas Estrangeiras

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram, em 30.06.2005, saldo líquido de exposição cambial vendida no importe de R\$ 11.272 mil, na forma demonstrada a seguir em R\$ Mil:

Disponibilidades	1.840	Depósitos	68.235
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	37.004	Relações Interdependências	11.917
Títulos e Valores Mobiliários	210.588	Obrigações por Empréstimos e Repasses - No País	12.906
Operações de Crédito	741.399	Obrigações por Empréstimos e Repasses - No Exterior	1.010.127
Outros Créditos	121.422	Outras Obrigações	20.340
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras	1.112.253	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	1.123.525

O Banco administra o risco cambial mantendo sua exposição limitada a valores residuais obedecendo rigorosamente o percentual estabelecido normativamente pelo Banco Central. O descasamento acima representa 1% do valor das operações indexadas a moedas estrangeiras, o que reafirma a política conservadora do Banco em relação a esse tipo de risco.

O saldo líquido da exposição cambial é apurado diariamente, e, com vistas a reduzir os descasamentos existentes são realizadas operações no mercado financeiro compra/venda de títulos federais indexados a variação cambial.

NOTA 15 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

- a) O patrimônio do FNE no montante de R\$ 15.232.978 mil (R\$ 17.104.329 mil em 30.06.2004) está registrado em contas de compensação do Banco (Patrimônio de Fundos Públicos Administrados).
- b) O disponível do Fundo no valor de R\$ 4.129.640 mil (R\$ 4.003.011 mil em 30.06.2004), registrado no título Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, é remunerado pela taxa extra-mercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 327.927 mil (R\$ 263.727 mil em 30.06.2004).
- c) A provisão para fazer face ao risco de crédito nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1) Nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco operacional;
- c.2) Para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, o risco de crédito do Banco fica limitado a 50% do valor calculado na forma da Resolução Nº 2.682/99. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em Passivos Contingentes do Banco é a seguinte em R\$ Mil:

Nível de Risco	Saldos (A)	% de Risco (B)	Valor do Risco C = (A x B)	Provisão em Jun/05 D = (C x 50%)	Provisão em Jun/04
AA	1.076.123	0 %	-	-	-
A	1.104.445	0,50 %	5.522	2.761	1.184
B	1.362.043	1,00 %	13.620	6.810	3.461
C	334.836	3,00 %	10.045	5.023	5.116
D	856.125	10,0 %	85.612	42.806	24.099
E	90.378	30,0 %	27.113	13.557	15.201
F	48.812	50,0 %	24.406	12.203	14.930
G	38.770	70,0 %	27.139	13.570	16.998
H	677.690	100 %	677.690	338.845	518.936
TOTAL	5.589.222		871.147	435.575	599.925

- d) Para as operações contratadas até 30.11.1998, o “del credere” do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o “del credere” é de 3% a.a., quando o risco de crédito for de 50% e de 6% quando contratadas em nome do próprio Banco. A receita de “del credere” foi de R\$ 78.210 mil (R\$ 48.218 mil em 30.06.2004).
- e) A taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração importou em R\$ 224.913 mil (R\$ 220.686 mil em 30.06.2004).

NOTA 16 - Limites Operacionais - Acordo de Basiléia

Em 30.06.2005, o índice de adequação de capital (Índice de Basiléia) do Banco do Nordeste era de 17,44% (em 30.06.2004, 20,85%), enquanto o Patrimônio de Referência (PR) era de R\$ 1.218.870 mil (R\$ 1.314.655 mil, em 30.06.2004). A Resolução Nº 2.099/94, do Conselho Monetário Nacional, e normas complementares editadas pelo Banco Central do Brasil determinam, para 30.06.2005, um limite mínimo de 11% para o índice de adequação de capital e, no caso do Banco, um PR mínimo de R\$ 768.815 mil (R\$ 693.714 mil, em 30.06.2004).

Os ativos ponderáveis pelo risco apresentam a seguinte composição (R\$ mil):

	30.06.2005	30.06.2004
Ativos sujeitos a risco de 0%		
Disponibilidades	36.560	28.164
Créditos e Títulos emitidos pelo governo brasileiro	8.089.750	7.939.430
Depósitos no Banco Central	83.093	79.378
Créditos específicos – alongamento de crédito rural	291	287.221
Operações refinanciadas com o governo brasileiro	499.629	465.242
Outros	136.114	156.827
Total sujeito a risco de 0%	8.845.437	8.956.262

Ativos sujeitos a risco de 20%		
Disponibilidades em moedas estrangeiras	37.004	3.728
Serviço de compensação de cheques e outros papéis	66.390	46.079
Depósitos em outros bancos	1.821	2.791
Total sujeito a risco de 20%	105.215	52.598
Valor ponderado	21.043	10.520
Ativos sujeitos a risco de 50%		
Aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e fundos de investimentos	4.202	352.266
Carteira de câmbio	120.312	30.426
Contas de compensação		
Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas	197.731	147.868
(-) Custódia de Valores	(100)	(91)
Outros	225	205
Total sujeito a risco de 50%	322.370	530.674
Valor ponderado	161.185	265.337
Ativos sujeitos a risco de 100%		
Operações de crédito	2.987.445	2.873.428
Imobilizado de uso	152.182	146.413
Investimentos	762	766
Carteira de câmbio	1.110	160
Contas de compensação		
Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas	2.829.437	1.732.377
(-) Custódia de Valores	(514.068)	(534.641)
Outros	390.682	382.585
Total sujeito a risco de 100%	5.847.550	4.601.088
Valor ponderado	5.847.550	4.601.088
Ativos sujeitos a risco de 300%		
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social	312.503	455.384
Total sujeito a risco de 300%	312.503	455.384
Valor ponderado	937.509	1.366.152
Total de ativos ponderáveis pelo risco	15.433.075	14.596.006
Valor total ponderado	6.967.287	6.243.097

Apresenta-se, a seguir, o cálculo do patrimônio líquido exigido e do coeficiente de adequação de capital (R\$ mil):

	30.06.2005	30.06.2004
A) Ativos sujeitos à ponderação de risco	15.433.075	14.596.006
B) Ativos ponderados pelo risco (APR)	6.967.287	6.243.097
C) Risco de crédito de Swap	-	-
D) Exigência de patrimônio líquido sobre APR (11% de "B")	766.402	686.741
E) Exigência de patrimônio líquido sobre Swap (20% de "C")	-	-
F) Exigência de patrimônio líquido sobre exposição de taxa de juros e câmbio	2.413	6.973
G) Patrimônio líquido exigido (PLE): "D" + "E" + "F"	768.815	693.714
H) Patrimônio de referência (PR):	1.218.870	1.314.655
Nível I	1.177.973	1.271.223
Nível II	40.897	43.432
Reservas de Reavaliação	40.897	43.432
I) Razão entre patrimônio de referência e patrimônio líquido exigido: PR / PLE ("G / H"):	0,63	0,53
J) Excesso (/insuficiência) de patrimônio líquido: PR - PLE ("H" - "G")	450.055	620.941
K) Excesso (/insuficiência) de alavancagem: (Excesso/insuficiência de patrimônio líquido x 100)/11	4.091.409	5.644.918
L) Coeficiente de adequação do patrimônio líquido	17,44%	20,85%

NOTA 17 – Fluxo de Caixa

	30.06.2005	30.06.2004
Fluxo de Caixa Proveniente das Operações		
Lucro Líquido do Exercício	7.049	88.172
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:		
- Despesas de depreciação e amortização	8.256	6.878
- Provisão para Perdas em Investimentos	-	3.809
- Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	297	3.054
- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.634	(199.466)
- Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(862)	(2.393)
Lucro/(Prejuízo) Líquido Ajustado	19.374	(99.946)
Títulos e valores mobiliários	240.189	(621.913)
Outros valores e bens	(135)	62
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(19.125)	43.014
Relações interfinanceiras e interdependências	(13.791)	4.786
Operações de crédito	39.987	(21.563)
Outros créditos	28.406	326.063
Variação nos Resultados de Exercícios Futuros	178	738
Ajustes de Exercícios Anteriores	(113.558)	(27.554)
Ajuste ao valor de mercado – TVM e derivativos	(14.770)	(46.276)
Caixa Gerado/(Utilizado) pelas Operações	166.755	(442.589)
Fluxo de Caixa Proveniente das Atividades de Financiamento		
Depósitos	44.419	(114.243)
Obrigações por empréstimos e repasses	(247.885)	(22.628)
Captações no mercado aberto	(100.689)	110.003

Outras obrigações	190.293	521.496
Recursos de aceites e emissão de títulos	(32.066)	(11.257)
Dividendos e bonificações propostos	-	(14.624)
Total de Ingressos/(Saídas) de Recursos	(145.928)	468.747
Fluxo de Caixa Proveniente das Atividades de Investimento		
Inversões em bens não de uso próprio	(387)	(654)
Inversões em imobilizado de uso	(11.603)	(15.871)
Alienação de bens não de uso próprio	(137)	1.094
Alienação de imobilizado de uso	(527)	(186)
Alienação de investimentos	(9)	(9)
Aplicações no diferido	(1.369)	(535)
Total dos Recursos Captados	(14.032)	(16.161)
Variação Líquida de Caixa	6.795	9.997
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA:		
No início do período	31.587	20.958
No fim do período	38.382	30.955
Aumento das Disponibilidades	6.795	9.997

NOTA 18 - Outras Informações

a) Transações com partes relacionadas

O Banco do Nordeste não realizou transações com empresas coligadas e controladas no 1º semestre de 2005 e de 2004. As operações com empresas sob o controle do Governo Federal – acionista majoritário do Banco – que apresentavam saldo de R\$ 245 mil em 30.06.2004 foram liquidadas no segundo semestre de 2004. Tais operações de crédito foram realizadas sob as mesmas condições aplicáveis a partes não relacionadas.

b) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição em R\$ Mil:

	<u>30.06.2005</u>	<u>30.06.2004</u>
Créditos Abertos para Importação	20.430	5.726
Beneficiários de Garantias Prestadas:		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	3.236	3.236
- FNE	2.794.611	1.723.415
- Outras Entidades	11.160	-
Coobrigações em Cessões de Crédito	197.731	147.868

c) Seguros

Os bens móveis e imóveis do Banco estão suficientemente segurados no montante de R\$ 240.525 mil (R\$ 255.580 mil em 30.06.2004) assim distribuídos:

	<u>30.06.2005</u>	<u>30.06.2004</u>
Bens Móveis	64.090	52.463
Bens Imóveis	176.435	173.117

Fortaleza, 27 de julho de 2005.

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

1. Examinamos o balanço patrimonial do Banco do Nordeste do Brasil S.A., em 30 de Junho de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao semestre findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do Banco; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Banco, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 30 de junho de 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2004, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e nosso parecer, datado de 25 de julho de 2004, foi emitido com ressalva quanto aos efeitos que resultariam da não aceitação, por parte da Secretaria do Tesouro Nacional, dos créditos referentes às operações de crédito rural renegociadas por determinação da Lei nº 9.138/95 e da Resolução nº 2.471/98, do Conselho Monetário Nacional, tendo sido os referidos créditos transferidos para a carteira de operações de créditos do Banco no segundo semestre de 2004, estando pois os seus efeitos já refletidos nas demonstrações contábeis.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

5. A informação suplementar, referente à demonstração do fluxo de caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2005, conforme nota explicativa nº 17 às demonstrações contábeis, é apresentada com o propósito de permitir análises adicionais não sendo parte integrante das demonstrações contábeis básicas. Essas informações foram por nós examinadas de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. A informação suplementar referente ao semestre findo em 30 de junho de 2004 foram por nós examinadas.

Recife, 10 de agosto de 2005.

Mateus de Lima Soares
Sócio-contador
CRC 1RJ079.681/O-0 "S" CE
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013.349/O-5 "S" PE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Contábeis do Banco do Nordeste, relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2005, e com base no Parecer dos Auditores Independentes – TREVISAN Auditores Independentes, de 10 de agosto de 2005, é de opinião que essas Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial do Banco do Nordeste do Brasil S.A, no primeiro semestre de 2005.

Fortaleza (CE), 26 de agosto de 2005.

CONSELHO FISCAL

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1º. SEMESTRE DE 2005

Atividades do Comitê

As atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) no 1º. semestre de 2005, no cumprimento das suas atribuições de órgão estatutário de assessoria ao Conselho de Administração, estão consubstanciadas nas atas das 12 (doze) reuniões ordinárias e 2 (duas) extraordinárias realizadas no período, cabendo destacar, dentre essas atividades:

- a) a elaboração do Programa de Trabalho do Comitê para o período, com ênfase no acompanhamento das medidas adotadas pela Administração para a melhoria do sistema de controles internos, verificação da conformidade legal e normativa e gerenciamento de riscos;
- b) a conclusão e posterior aprovação, pelo Conselho de Administração, das regras de funcionamento do Comitê, concretizadas no Manual de Procedimentos, o qual foi inserido no sistema normativo do BNB e disponibilizado eletronicamente a todos os gestores e colaboradores;
- c) a finalização e apresentação do Relatório do Comitê de Auditoria – 2º. Semestre de 2004 ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal, à auditoria independente e aos gestores das áreas sob sua supervisão, com ênfase no resultado das avaliações e nas recomendações sobre práticas e procedimentos passíveis de aprimoramento;
- d) a análise e discussão periódica com os gestores responsáveis pela elaboração dos balancetes e dos relatórios mensais de desempenho econômico-financeiro do Banco, reservadamente ou mediante a participação conjunta em reuniões do Conselho de Administração.

Após o término do semestre, o Comitê de Auditoria promoveu reuniões para análise, revisão e avaliação da qualidade do conjunto das demonstrações contábeis do período findo em 30 de junho de 2005, com os gestores responsáveis pela sua preparação, com a auditoria independente e com o Conselho Fiscal e participou da reunião do Conselho de Administração que aprovou as referidas demonstrações.

Resultado das Avaliações

O Comitê de Auditoria, no exercício das suas atribuições regulamentares e regimentais e em resultado das avaliações efetuadas concluiu que:

- a) a avaliação do sistema de controles internos e das atividades de verificação da conformidade legal e normativa e de gerenciamento de riscos praticadas no BNB demonstrou que a Administração vem adotando providências para melhoria da efetividade dessas áreas e para disseminação e consolidação da cultura de controle pertinente; dentre as medidas administrativas mais relevantes, destacam-se a instituição do Projeto Basiléia II, para implementação da gestão integrada dos riscos operacionais, de crédito e de mercado, o treinamento de colaboradores e o mapeamento dos riscos dos processos operacionais e administrativos; enfatize-se que os resultados esperados dependem da eficácia das ações administrativas em curso e de investimentos na área de tecnologia da informação do Banco;

- b) o ambiente de controle estabelecido pela Administração vem proporcionando adequada receptividade às recomendações de ajustes e de melhorias de práticas e procedimentos relevantes efetuadas aos gestores do BNB pelo Comitê de Auditoria e pelas auditorias interna e externa;
- c) a avaliação da auditoria independente confirmou a melhoria da sua efetividade, não tendo sido apurados fatos ou práticas que coloquem em risco a sua objetividade e independência;
- d) a avaliação da auditoria interna evidenciou que ostenta adequada efetividade, considerando-se que o plano anual de auditoria, a metodologia adotada e os resultados dos trabalhos executados são abrangentes e adequados à natureza, ao porte e à complexidade das operações do BNB;
- e) a revisão do conjunto das demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2005 possibilitou a este Comitê declarar que não tem conhecimento, até esta data, de qualquer modificação relevante que devesse ser efetuada para que as mesmas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no País e as normas editadas pelo Banco Central do Brasil; ademais, em consequência da avaliação da qualidade e integridade dessas demonstrações, o Comitê de Auditoria entende que apresentam adequado equilíbrio entre as características qualitativas analisadas.

Fortaleza, 17 de agosto de 2005.

Pelo Comitê de Auditoria do Banco do Nordeste do Brasil S/A

**Banco do
Nordeste**



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações Contábeis

F N E

Posição: 30.06.2005

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

(Lei nº 7.827, de 27.09.89)

BALANÇO PATRIMONIAL

30 DE JUNHO DE 2005 E 2004

(Valores em R\$ Mil)

	A T I V O		P A S S I V O		
	30.06.2005	30.06.2004	30.06.2005	30.06.2004	
CIRCULANTE	5.981.396	10.202.466	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.232.978	17.104.329
DISPONIBILIDADES	4.129.640	4.003.011	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:		
Recursos a Alocar	2.668.642	2.870.606	No Semestre.....	1.266.131	1.088.468
Recursos Alocados	1.460.998	1.132.405	Em Exercícios Anteriores	12.635.029	10.548.710
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	93.855	92.695	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.817.176	5.003.594
Crédito Rural - Proagro a Receber	4.262	4.690	RESULTADO DO SEMESTRE	(4.485.358)	463.557
Devedores por Repasses	89.593	88.005			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.757.901	6.106.760			
Financiamentos	2.256.847	1.966.641			
Financiamentos Agroindustriais	540.039	441.876			
Financiamentos Rurais	4.108.933	3.698.243			
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(5.147.918)	0			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	9.251.582	6.901.863			
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	38.765	4.377			
Crédito Rural - Proagro a Receber	5.298	962			
Devedores por Repasses	33.467	3.415			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9.210.971	6.893.239			
Financiamentos	1.908.828	1.241.045			
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	522.684	0			
Financiamentos Agroindustriais	189.928	164.830			
Financiamentos Rurais	6.589.531	5.487.364			
OUTROS VALORES E BENS	1.846	4.247			
Títulos de Cobertura do Proagro	668	2.890			
Títulos da Dívida Agrária	2.368	2.467			
(Provisão para Desvalorização de Títulos)	(1.190)	(1.110)			
TOTAL DO ATIVO	15.232.978	17.104.329	TOTAL DO PASSIVO	15.232.978	17.104.329

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

(Lei nº 7.827, de 27.09.89)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

30 DE JUNHO DE 2005 E 2004

(Valores em R\$ Mil)

	1º sem/2005	1º sem/2004
RECEITAS		
De Operações de Crédito	568.204	420.975
De Remuneração das Disponibilidades	327.926	263.727
DESPESAS		
De Administração	(224.913)	(220.687)
De PRONAF-Remuneração do Agente Financeiro.....	(8.855)	0
De Provisões Operacionais.....	(5.147.712)	(444)
De Auditoria	(8)	(14)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE	(4.485.358)	463.557

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

(Lei nº 7.827, de 27.09.89)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

30 DE JUNHO DE 2005 E 2004

(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2003.....	10.548.710	5.035.049	15.583.759
Transferências da União no Semestre	1.088.468	0	1.088.468
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	(31.455)	(31.455)
Lucro Líquido do Semestre	0	463.557	463.557
SALDOS EM 30.06.2004	11.637.178	5.467.151	17.104.329
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	1.088.468	432.102	1.520.570
SALDOS EM 31.12.2004	12.635.029	5.887.503	18.522.532
Transferências da União no Semestre.....	1.266.131	0	1.266.131
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	(70.326)	(70.326)
Prejuízo Líquido do Semestre	0	(4.485.358)	(4.485.358)
SALDOS EM 30.06.2005	13.901.160	1.331.819	15.232.978
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	1.266.131	(4.555.684)	(3.289.554)

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

(Lei nº 7.827, de 27.09.89)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

30 DE JUNHO DE 2005 E 2004

(Valores em R\$ Mil)

	1º Sem/2005	1º Sem/2004
ORIGEM DOS RECURSOS	4.747.725	1.554.069
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO:		
Transferências da União no Exercício:		
Recursos Livres	1.266.131	1.088.468
Lucro Líquido do Semestre	0	463.557
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO:		
Relações Interfinanceiras	0	48
Operações de Crédito	3.480.417	0
Outros Valores e Bens	1.177	1.996
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	4.585.221	934.307
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO:		
Relações Interfinanceiras	29.537	0
Operações de Crédito	0	902.852
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO:		
Ajustes de Exercícios Anteriores	70.326	31.455
Prejuízo Líquido do Semestre	4.485.358	0
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	162.504	619.762
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA	162.504	619.762
Início do Semestre	3.967.136	3.383.249
Fim do Semestre	4.129.640	4.003.011

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 30 de Junho de 2005 e 2004

NOTA 1 – Histórico

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal de 1988 (Art.159, inciso I, alínea “c”), sendo regulamentado pela Lei Nº 7.827, de 27.09.1989, alterada pelas Leis Nºs 9.126, de 10.11.1995, e 10.177, de 12.01.2001, pela Medida Provisória Nº 2.196-1, de 28.06.2001 e suas reedições, bem como pelo Art. 13 da Medida Provisória Nº 2.199-14, de 24.08.2001. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, através do Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido.

NOTA 2 – Administração

Ao Banco do Nordeste cabe: aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos e deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional; prestar contas sobre os resultados alcançados; exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos.

NOTA 3 – Fiscalização

O Banco do Nordeste mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes, os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição de final de mês. Na forma da legislação, os balanços do FNE, devidamente auditados, são publicados semestralmente e encaminhados ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

NOTA 4 - Auditoria Externa

O FNE mantém auditoria externa, contratada às suas expensas, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditoria.

NOTA 5 - Isenção Tributária

O FNE goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo, contribuição ou outro gravame.

NOTA 6 - Diretrizes Contábeis

O FNE tem contabilidade própria valendo-se do sistema contábil do Banco do Nordeste para registro de seus atos e fatos, em subtítulos específicos, com apuração de resultados à parte.

O exercício financeiro do FNE coincide com o ano civil, para fins de apuração de resultados.

São os seguintes os principais destaques dos procedimentos contábeis:

a) Apropriação de Receitas e Despesas

a.1) As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. São receitas do FNE os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco do Nordeste sobre os recursos do Fundo momentaneamente não aplicados.

a.2) A partir de 14 de janeiro de 2000, os encargos financeiros sobre os financiamentos concedidos com recursos do FNE passaram a variar entre 6 a 14% a.a., de acordo com a área de atividade e o porte dos tomadores, incluindo o *del credere* do BNB. Na forma da legislação, os contratos firmados com os mutuários prevêm que os encargos financeiros serão revistos anualmente e sempre que a TJLP apresentar variação acumulada, para mais ou para menos, superior a 30% (trinta por cento).

Os encargos financeiros para a situação de normalidade, às taxas previstas em lei, são contabilizados nas adequadas contas de resultado do Fundo. Sobre os valores vencidos e não pagos, incidem encargos de inadimplimento, pactuados contratualmente, sendo contabilizada como rendas a apropriar do Fundo a parcela desses encargos que supera as taxas previstas na legislação.

Sobre os encargos financeiros estabelecidos em lei serão concedidos bônus de adimplência de 25% (vinte e cinco por cento), para mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semi-árido nordestino, e de 15% (quinze por cento), para mutuários das demais regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento.

Nas operações de financiamento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, são aplicados os encargos financeiros estabelecidos pelo Conselho Monetário

Nacional, conforme a legislação e o regulamento do Programa constante do Manual de Crédito Rural, Capítulo 10, do Banco Central do Brasil.

- a.3)** A Medida Provisória N° 2.196-1, de 28.06.2001, e suas reedições, que estabeleceu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, define o que segue, relativamente ao *del credere* a que faz jus o Banco do Nordeste, sobre os financiamentos com recursos do FNE:
- Nas operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero, mantendo-se inalterados os encargos pactuados com os mutuários;
 - Para as operações contratadas com risco de crédito de 50% para o Banco do Nordeste, o FNE pagará ao BNB “del credere” de 3% a.a;
 - Nas operações resultantes de repasses de recursos ao BNB, para que este, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realize operações de crédito, o *del credere* será de 6% a.a.
- a.4)** A Portaria N° 616, de 16.05.2003, do Ministério da Integração Nacional, estabelece que, nas operações de repasses para instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, o BNB faz jus ao *del credere* negociado com as instituições operadoras, respeitado o limite estabelecido na legislação.
- a.5)** Nos financiamentos enquadrados no PRONAF, Grupos A, B, A/C, Semi-árido e Floresta, não há incidência de *del credere* em favor do Banco do Nordeste, conforme previsto na legislação e no regulamento do Programa.
- a.6)** Na Demonstração de Resultado, as “Receitas de Operações de Crédito” estão registradas pelo seu valor líquido, apresentando a seguinte composição em R\$ Mil:

DISCRIMINAÇÃO	30.06.2005	30.06.2004
Rendas de Operações de Crédito	617.222	588.684
Despesas de Atualização Monetária Negativa	(9.057)	(1.240)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações-Lei 10.696/2003	(8.671)	(16.586)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência S/Princ.-Ops. Contratadas p/Banco	(30.915)	(147.770)
Despesas de Rebate Principal-Ops. c/Rec. FAT-BNDES-Lei 10.193/2001	(375)	(2.113)
T O T A L	568.204	420.975

A partir de junho/2005 as Despesas de Provisões Operacionais deixaram de compor as receitas de operações de crédito. Para fins de comparação foi ajustado o saldo apresentado em 30.06.2004.

- a.7)** Constituem despesas do FNE os valores relativos à taxa de administração a que o Banco do Nordeste faz jus como gestor do Fundo, à remuneração do BNB sobre os financiamentos no âmbito do PRONAF, Grupos A, B, A/C, Floresta e Semi-árido, à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de que trata a Portaria Interministerial MF/MI N° 1-C, de 15.01.2005 e à contratação de auditoria externa.
- A taxa de administração de 3% a.a., paga ao Banco do Nordeste pelo FNE, é apropriada mensalmente, sendo calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo deduzido dos valores objeto de repasse ao Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do PRONAF, Grupos B, A/C, Floresta e Semi-árido, ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional.
- A remuneração do Banco sobre as operações no âmbito do PRONAF Grupos A, B, A/C, Floresta e Semi-árido, fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, seguem os percentuais e critérios definidos na legislação e no Regulamento do Programa.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

São apresentados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

- b.1)** O Disponível é formado pelos Recursos a Alocar, que representam as disponibilidades livres para aplicação em operações de crédito, e os Recursos Alocados, que representam as disponibilidades comprometidas, referentes às parcelas ainda não liberadas das operações contratadas. As disponibilidades do Fundo em poder do Banco do Nordeste são remuneradas com base na taxa extramercado, divulgada pelo Banco Central do Brasil.
- b.2)** O total das Operações de Crédito é apresentado pelo valor de principal acrescido dos encargos financeiros, retificados por rendas a apropriar e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7).
- b.3)** Os títulos registrados na rubrica “Outros Valores e Bens” estão contabilizados pelo valor de face, acrescido da remuneração prevista para cada papel, e são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

c) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do FNE tem como origens:

- Transferências da União, na proporção de 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento), extraídas do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados;
- Retornos e resultados operacionais;

- Resultado da remuneração dos recursos do Fundo momentaneamente não aplicados, paga pelo Banco do Nordeste.
- d) Nos exercícios de 2002 e 2003, foram convertidas para o FNE, com base no disposto no art. 9º da Lei Nº 10.464, de 24.05.2002, operações de crédito rural contratadas pelo BNB com recursos de outras fontes. No primeiro semestre de 2005, retornaram ao ativo do Banco do Nordeste operações cuja conversão pela Lei Nº 10.464 não tiveram a formalização contratual devidamente registrada nos sistemas operacionais, no montante de R\$ 337.123 mil. Ainda como parte dos ajustes relativos às conversões com base na Lei Nº 10.464, foram restituídos ao FNE valores referentes a encargos de inadimplemento efetivados quando da conversão de operações para o Fundo, no total de R\$ 6.995 mil.
- No primeiro semestre de 2005, foram convertidas para o FNE operações de crédito rural contratadas pelo BNB com recursos de outras fontes, no total de R\$ 75.044 mil, abrangendo conversões com base na Lei Nº 10.696, de 02.07.2003, e a regularização, nos sistemas operacionais, da formalização contratual de operações convertidas com base na Lei Nº 10.464.

NOTA 7 – Risco de Crédito

- a) O risco sobre as operações com recursos do FNE está assim distribuído, consoante a legislação que regulamenta os Fundos Constitucionais de Financiamentos e o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA/Programa da Terra:
- a.1) Operações contratadas até 30.11.1998:
- Nas operações enquadradas no Programa da Terra, o risco pertence integralmente ao PROCERA;
 - Nas demais operações, o risco é de responsabilidade do FNE.
- a.2) Operações contratadas a partir de 01.12.1998:
- Nos financiamentos enquadrados no Programa da Terra, o risco é do PROCERA;
 - Nas operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, Grupos A, B, A/C, Floresta e Semi-árido, o risco de crédito é de 100% para o FNE;
 - Nos repasses ao Banco do Nordeste, para que este, em nome próprio, realize operações de crédito, o risco das operações é integralmente assumido pelo BNB;
 - Nas operações de repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, contratadas a partir da vigência da Portaria Nº 616, de 26.05.2003, o BNB detém 100% do risco;
 - Nas demais operações, o risco é de 50% para o FNE, cabendo igual percentual ao Banco do Nordeste.
- b) A Portaria Interministerial MF/MI Nº 1-C, de 15.01.2005, estabeleceu regras para constituição de provisão e reconhecimento de prejuízo pelo FNE, conforme segue:
- b.1) Será constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa referente às parcelas de principal e encargos vencidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias, na proporção do risco assumido pelo Fundo.
- b.2) Serão baixadas como prejuízo do Fundo as parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 360 (trezentos e sessenta) dias.
- c) Em atendimento ao disposto na Portaria Interministerial MF/MI Nº 1-C, a partir de maio/2005 vem sendo constituída, na contabilidade do FNE, provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo montante, na posição de 30.06.2005, alcançou R\$ 5.147.918 mil, conforme detalhado a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	PARCELAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 180 DIAS	(%) RISCO FNE	PROVISÃO
RISCO INTEGRAL DO FNE	5.028.900	100%	5.028.900
RISCO COMPARTILHADO	238.036	50%	119.018
RISCO PROCERA	38.627	0%	-
T O T A L	5.305.563	-	5.147.918

- d) Considerando que é de responsabilidade do PROCERA o risco nas operações enquadradas no Programa da Terra, contratadas com recursos do FNE, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa a esses financiamentos.
- e) No que diz respeito ao reconhecimento de prejuízos pelo FNE, o BNB aguarda decisão do Grupo de Trabalho Interministerial quanto às sugestões encaminhadas pelos bancos administradores dos Fundos Constitucionais ao Ministério da Integração Nacional acerca do assunto, para adoção das providências necessárias ao cumprimento dessa medida. Considerado o critério para reconhecimento de prejuízo estabelecido na Portaria Interministerial MF/MI 1-C, o montante a ser contabilizado alcançou R\$ 4.889.051 mil, na posição de 30.06.2005, conforme a seguir discriminado:

DISCRIMINAÇÃO	PARCELAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 360 DIAS	(%) RISCO FNE	PREJUÍZO FNE
RISCO INTEGRAL DO FNE	4.799.294	100%	4.799.294
RISCO COMPARTILHADO	179.515	50%	89.757
RISCO PROCERA	34.589	0%	-
T O T A L	5.013.398	-	4.889.051

NOTA 8 - Ajustes de Exercícios Anteriores

O ajuste líquido negativo de R\$ 70.326 mil, em 30.06.2005, refere-se a recálculos de encargos sobre operações de crédito e a remuneração de disponibilidade (R\$ 298 mil) decorrente de ajuste de valores liberados em operações de crédito.

Fortaleza, 27 de julho de 2005.

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores do
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE
(Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.)

1. Examinamos o balanço patrimonial do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.), em 30 de Junho de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao semestre findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do Fundo; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.) em 30 de junho de 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2004, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e nosso parecer datado de 25 de julho de 2004, foi emitido com ressalva quanto aos possíveis efeitos resultantes da adoção de regras a serem definidas para o reconhecimento de provisão no patrimônio do Fundo. As referidas regras foram criadas em março de 2005 tendo sido registrada provisão em maio de 2005.

Recife, 10 de Agosto de 2005.

Mateus de Lima Soares
Sócio-contador
CRC 1RJ079.681/O-0 "S" CE
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013.349/O-5 "S" PE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Waldir Quintiliano da Silva (Presidente) – Roberto Smith (Vice-Presidente) – Antonio Henrique Pinheiro Silveira – Cezar Santos Alvarez – Nilde Pereira Sabbat – Vera Maria Rodrigues Ponte

DIRETORIA: Roberto Smith (Presidente) – Augusto Bezerra Cavalcanti Neto (Desenvolvimento Humano e Logística) – Francisco de Assis Germano Arruda (Negócios) – Luiz Ethewaldo de Albuquerque Guimarães (Financeiro e Câmbio) – Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral (Gestão do Desenvolvimento) – Victor Samuel Cavalcante da Ponte (Promoção de Investimentos)

CONSELHO FISCAL: Francisco Tadeu Barbosa de Alencar (Presidente) – Glauben Teixeira de Carvalho – Ricardo Massao Matsushima – Roberta Carvalho de Alencar – Sérgio Rosa Ferrão

COMITÊ DE AUDITORIA: Paulo Roberto Medeiros Braun (Presidente) – Francisco Gladstone de Brito Almeida – José Wilkie Almeida Vieira

SUPERINTENDENTES: João Francisco Freitas Peixoto (Controle Financeiro) – Luiz Alberto Cruz de Oliveira (Jurídico)

CONTADORA: Aíla Maria Ribeiro de Almeida – CRC-CE 016318/0-7